

Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
Licenciatura em História

Regina Rodeghero

**Um habitat em alvenaria:**

As marcas da branquitude na escrita da história de Marau (RS) (1992-2022)

Porto Alegre  
2024

Regina Rodeghero

**Um habitat em alvenaria:**

As marcas da branquitude na escrita da história de Marau (RS) (1992-2022)

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado como requisito parcial à  
obtenção do título de licenciada em  
História do Instituto de Filosofia e  
Ciências Humanas da Universidade  
Federal do Rio Grande do Sul.  
Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Caroline  
Pacievitch

Porto Alegre  
2024

### CIP - Catalogação na Publicação

Rodeghero, Regina

Um habitat em alvenaria: As marcas da branquitude na escrita da história de Marau (RS) (1992-2022) / Regina Rodeghero. -- 2024.

74 f.

Orientadora: Caroline Pacievitch.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Licenciatura em História, Porto Alegre, BR-RS, 2024.

1. Branquitude. 2. Historiografia diletante. 3. História de Marau. 4. Colonialidade italiana. I. Pacievitch, Caroline, orient. II. Título.

Regina Rodeghero

**Um habitat em alvenaria:**

As marcas da branquitude na escrita da história de Marau (RS) (1992-2022)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do título de licenciada em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Caroline Pacievitch

**Aprovado em:** Porto Alegre, 2 de agosto de 2024.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Caroline Pacievitch  
Orientadora (FACED/UFRGS)

---

Me. Cleber Teixeira Leão  
PPGH/UFRGS

---

Prof. Dr. João Carlos Tedesco  
PPGH/UPF

## AGRADECIMENTOS

Agradeço:

Ao meu irmão e minha mãe, pelas idas à biblioteca (no último ano mas muito além dele também).

Ao meu pai e minha avó, que sempre que veem algo relacionado a essa pesquisa, guardam para me mostrar.

À Carol, que com atenção, paciência e bom humor, me orientou pelos labirintos da academia, e graças a quem eu pude realizar esse trabalho da forma como eu sempre quis.

Às Carlas, Simone e Beatriz, pelos excelentes caminhos sugeridos para o início desse trabalho.

Às queridas e compreensivas amigas, que passaram mais de ano me ouvindo falar sobre essa pesquisa. À Thaís e ao Leo, especificamente, por passarem mais de ano me ouvindo falar *todos os dias* sobre essa pesquisa.

A todo mundo que, de uma forma ou outra, tornou a realização desse trabalho possível, seja pelo empréstimo de livros, por comentários afetuosos em documentos inacabados ou pelo almoço de R\$1,30 que garantiu a sobrevivência nos dias malucos de escrita monográfica.

A docentes da graduação que me ensinaram a transformar a minha curiosidade pela história em boas perguntas para as fontes, e a quem escreveu as tantas bases para as ideias mirabolantes aqui contidas. Aos/às conterrâneos/as marauenses que acolheram e respeitaram essas ideias.

Muito obrigada a todas essas (e a todas as que não couberam aqui) comunidades envolvidas na criação desta historiadora.

## RESUMO

O presente trabalho busca lançar um olhar para a branquitude na escrita da história do Rio Grande do Sul. Para tanto, teve como recorte a produção sobre a história de Marau, município no nordeste do estado, sobre o qual pouco se produziu na história acadêmica. Assim, os objetivos são debater o espaço da historiografia dileitante e suas possíveis contribuições na construção de uma história hegemônica branca no município, além de, a partir dos estudos críticos da branquitude, explorar as possibilidades de interpretar Marau como uma região de colonialidade italiana. Como fontes, são analisados três livros sobre a história de Marau, publicados entre 1992 e 2022, e escritos por Francisco Bernardi, interpretado aqui como historiador dileitante da cidade. Uma arqueologia do discurso de Bernardi permitiu identificar marcas da branquitude nessa escrita da história que extrapolam as fronteiras do município, e que servem para começar a interpretar a região na qual ele está inserido como uma região de colonialidade italiana.

**Palavras-chave:** Branquitude. Historiografia dileitante. História de Marau. Colonialidade italiana.

## **ABSTRACT**

This work aims to take a look at whiteness in the writing of the history of Rio Grande do Sul. To this end, it focuses on the history of Marau, a town in the northeast of the state, about which little has been produced in academic history. Thus, the objectives are to debate the space of dilettante historiography and its possible contributions to the construction of a white hegemonic history in the municipality, and, based on critical studies of whiteness, to explore the possibilities of interpreting Marau as a region of Italian coloniality. The sources analyzed are three books on the history of Marau, published between 1992 and 2022 and written by Francisco Bernardi, interpreted here as a dilettante historian of the city. An archaeology of Bernardi's discourse allowed us to identify marks of whiteness in this writing of history that go beyond the borders of the municipality, and which can be used to begin to interpret the region in which it is inserted as a region of Italian coloniality.

**Keywords:** Whiteness. Dilettante historiography. History of Marau. Italian coloniality.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### FIGURAS:

Figura 1 - Brasão de armas de Marau .....	4
Figura 2 - Capa do livro "História de Marau, uma comunidade laboriosa" .....	25
Figura 3 - Página do "História de Marau" com a fotografia do prefeito cuja gestão encomendou o livro .....	28
Figura 4 - Página do "História de Marau" com fotografia de capela católica .....	29
Figura 5 - Capa do livro "Marau: um século de história" .....	35
Figura 6 - Capa do livro "Construtores de Marau: as etnias que formaram a nossa terra" .....	43
Figura 7 - Representantes escolhidos por Bernardi para representar as etnias italiana, "cabocla" e haitiana, respectivamente .....	46
Figura 8 - Quarta-capa de "Construtores de Marau" .....	47
Figura 9 - Página do "Construtores de Marau" que retrata a residência de um "caboclo" .....	48
Figura 10 - Páginas do "Construtores de Marau" que retratam residências de brancos .....	49
Figura 11 - Página do "Construtores de Marau" sobre imigrantes recentes em Marau .....	55
Figura 12 - Página do "Marau: um século de história" que fala sobre o acordo de Gemellaggio .....	61

### QUADROS:

Quadro 1 - Lista de fontes .....	24
Quadro 2 - Apresentação do livro "História de Marau, uma comunidade laboriosa" .....	26
Quadro 3 - Apresentação do livro "Marau: um século de história" .....	36
Quadro 4 - Apresentação do livro "Construtores de Marau" .....	44

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	3
<b>2 O PRIVILÉGIO DE UM LUGAR E O PRIVILÉGIO DE UM PRODUTO: A BRANQUITUDE E A HISTORIOGRAFIA DILETANTE</b> .....	9
2.1 OS ESTUDOS CRÍTICOS DA BRANQUITUDE, OS ESTUDOS CULTURAIS E O ÍTALO- BRASILEIRO NO NORTE DO RIO GRANDE DO SUL .....	9
2.2 A HISTÓRIA LOCAL E O HISTORIADOR DILETANTE: DO RIO GRANDE DO NORTE AO RIO GRANDE DO SUL.....	14
2.3 DO VÊNETO A... MARAU? VISÕES SOBRE A HISTÓRIA DO MUNICÍPIO .....	17
<b>3 HISTÓRIA, LABOR E ETNIA: UM MERGULHO NA OBRA DE FRANCISCO BERNARDI</b> .....	23
3.1 HISTÓRIA DE MARAU, UMA COMUNIDADE LABORIOSA .....	25
3.2 MARAU: UM SÉCULO DE HISTÓRIA .....	35
3.3 CONSTRUTORES DE MARAU: AS ETNIAS QUE FORMARAM A NOSSA TERRA.....	43
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	64
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	66

## 1 INTRODUÇÃO

*Este nome que era de um índio*

*Cujo sangue na terra caiu*

*Esta bela paisagem que vemos*

*Cujo os braços a todos se abriu*

Esses são versos do hino de Marau, município do nordeste do Rio Grande do Sul emancipado em 1955. Escrita pelo frei capuchinho branco Luís Sebastião Turra, a letra do hino aponta para um acontecimento que popularizou-se como a história de origem do nome da cidade. O assassinato em batalha do cacique Marau, “índio”<sup>1</sup> que lutou contra os passofundenses, teria sido às margens de um rio que veio a ser chamado de rio Marau, e posteriormente denominar a comunidade que se formou em seu entorno.

Essa é a narrativa presente, por exemplo, na página da Wikipédia sobre Marau<sup>2</sup>, bem como na sessão de história no site da prefeitura municipal<sup>3</sup>, sendo muito difundida entre quem vive na cidade. De origem provável na oralidade, é também a narrativa que Francisco Bernardi, professor de português branco aposentado da educação básica do município, apresenta em seu livro “História de Marau, uma comunidade laboriosa”, a primeira obra dedicada exclusivamente à história de Marau, publicada em 1992. Bernardi, após realizar sua pesquisa para esse livro, seguiu no ofício de historiador marauense, produzindo diversas outras publicações sobre a história do município.

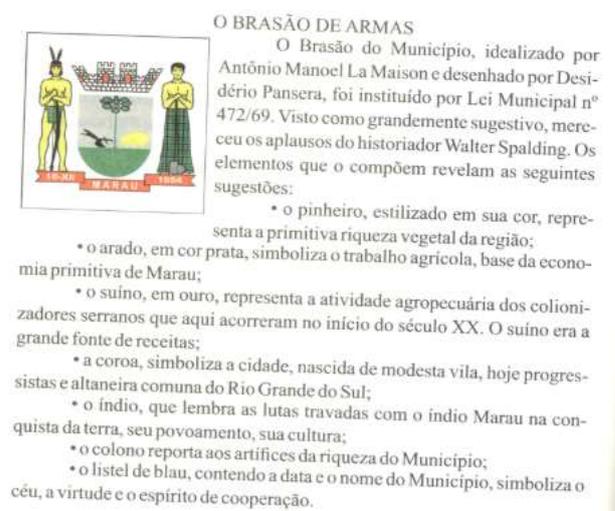
---

<sup>1</sup> Índio é a forma equivocada pela qual o hino e muitas das fontes se referem genericamente aos indígenas que habitavam as terras ali descritas.

<sup>2</sup> MARAU. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2024. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Marau&oldid=68069785>. Acesso em: 4 jun. 2024.

<sup>3</sup> MARAU. *História de Marau*. Prefeitura de Marau, s.d. Disponível em: <https://www.pmmarau.com.br/conheca-marau/historia-de-marau>. Acesso em: 03 jul. 2024.

Figura 1 - Brasão de armas de Marau



Descrição do brasão de armas do município presente em uma das fontes. Nele, podemos encontrar elementos similares aos do hino; colono e indígena são representados lado a lado, mas é possível perceber na descrição dada pelo autor. Fonte: Bernardi, 2018, p. 125.

Sendo incerto se o cacique Marau foi uma pessoa que realmente existiu, o fato é que uma destacada presença indígena nas narrativas sobre o município morre com ele. A história que encontramos nos livros de Francisco Bernardi, e conseqüentemente nas narrativas oficiais, é a história dos imigrantes italianos e seus descendentes, como se essa fosse a história única de Marau. Entretanto, a imagem do sangue indígena caindo em uma terra “cujos braços a todos se abriu” ilustra com nitidez o conflito racial presente no assentamento de colonos brancos na região. Afinal, os braços ficaram abertos apenas à população cuja história hoje é contada.

É a partir dessas reflexões que esta pesquisa se propõe a olhar para a constituição de uma historiografia do município de Marau, a partir do viés das relações étnico-raciais. Mais especificamente, olhar para a historiografia produzida pelo historiador diletante<sup>4</sup> Francisco Bernardi pela lente dos estudos críticos da branquitude. Assim, a pergunta que busco responder é: *quais são as marcas da branquitude nas narrativas de história do município de Marau produzidas pelo historiador diletante Francisco Bernardi?* Para tanto, serão analisados livros sobre a história de Marau publicados por esse autor, do mais antigo, de 1992, até o mais recente, de 2022, buscando refletir sobre a operação histórica na sua relação com as identidades raciais. Os objetivos deste trabalho são, a partir da análise do discurso de Bernardi, explorar as possibilidades do campo dos estudos críticos da branquitude para interpretar de que forma

<sup>4</sup> O conceito de historiador diletante será apresentado nos referenciais teóricos deste trabalho.

Marau desponta como uma região de colonialidade italiana<sup>5</sup>; debater o espaço da historiografia diletante e suas possíveis contribuições na construção de uma história hegemônica branca no município e relacionar as marcas da branquitude com a constituição dessa hegemonia branca.

Tais objetivos misturam motivações acadêmicas e pessoais. Ainda em tempos de ensino remoto, durante a pandemia de Covid-19, decidi que queria me aprofundar nos estudos críticos da branquitude, pois acredito serem um forte campo político-pedagógico para a luta antirracista, especialmente enquanto pesquisadora branca. A escolha de Marau como recorte espacial está totalmente relacionada com ser minha cidade natal, onde cresci e onde tive toda minha trajetória escolar. Ao ter contato com o conceito de branquitude, imediatamente pude notar as intersecções possíveis desse debate com a formação identitária do “legado italiano” da cidade. Ainda lembro da minha professora do 4º ano contando a história do cacique Marau, e minha família está muito identificada com as heranças da colonização italiana.

Ao ingressar na graduação, era grande a curiosidade em saber o que a história acadêmica tinha a dizer sobre o município. Entretanto, ao longo dos anos e na revisão bibliográfica para este trabalho, apenas uma pesquisa a respeito foi encontrada (Aguirre, 2008), e ela não adentra o debate sobre as relações étnico-raciais. Mas tanto essa pesquisa quanto outras pesquisas acadêmicas, de outras áreas que não a História, citam os trabalhos de Francisco Bernardi como referência para a historiografia de Marau. Assim, optei por me direcionar a ele para começar um possível diálogo entre sua historiografia diletante e a historiografia acadêmica que pode ser produzida sobre minha cidade natal.

Para tanto, são importantes alguns adendos para a leitura das fontes. Diversas categorias utilizadas por Bernardi não são baseadas em teorias ou diálogos com outras pesquisas, sendo elaboradas de maneira muito própria dentro do discurso do autor. Veremos mais sobre isso ao discutir o diletantismo nos referenciais teóricos para este trabalho. Então, quando Bernardi traz, em sua escrita, elementos e palavras como “etnia”, “proletário” ou “primitivo”, ele não está seguindo uma lógica acadêmica de construção de conceitos. Na verdade, seria possível conduzir uma pesquisa à parte apenas interpretando de que maneira um historiador diletante como ele dá uso a ou cria conceitos históricos. É o caso, por exemplo, da noção de cultura empregada por ele. Vejamos a lista dos eventos culturais que ele considerou importantes para Marau quando escreveu seu primeiro livro, em 1992:

---

<sup>5</sup> O conceito de colonialidade italiana será desenvolvido ao longo deste trabalho.

Os mais importantes eventos artístico-culturais que se realizam em Marau são estes:

1. o Rodeio Crioulo, no mês de fevereiro; de dois em dois anos;
2. as comemorações da Semana Italiana, no mês de julho; anualmente.
3. o Seminário da Atualidade Brasileira; a cada três anos;
4. as jornadas de Literatura Sul- Rio-Grandense; de dois em dois anos;
5. as comemorações da Semana da Pátria, em setembro; anualmente;
6. a EXPOMARAU, no segundo semestre do ano; de três em três anos;
7. o Baile da Comenda, anualmente, durante o mês de abril;
8. o Baile das Debutantes, no mês de outubro; anualmente;
9. a Festa dos Motoristas, no mês de dezembro; anualmente;
10. a Festa da Primavera pela Escola Cristo Rei, em setembro; anualmente;
11. as festas religiosas de Nossa Senhora de Lourdes, anualmente em fevereiro; de Cristo Rei, também anual e no mês de outubro (Bernardi, 1992, p. 109)<sup>6</sup>

É difícil, a partir dessa lista, compreender a que definição de cultura Bernardi está se referindo. Eventos cívicos como a Semana da Pátria se misturam com festas religiosas e particulares, como a Festa da Primavera. Entretanto, é possível identificar marcas da branquitude ao notar que boa parte dos eventos é voltada para a celebração de costumes de uma classe média, como os bailes da Comenda e das Debutantes, ou para ideais construídos de uma identidade que, via de regra, é branca, como o Rodeio Crioulo e a Semana Farroupilha. Também é possível perceber uma continuidade de sua visão, quando, já em outro livro, de 2018, ele escreve que

em relação à cultura, parece ainda haver muito que fazer, bem como ao turismo, que deveriam andar juntos. Entre os principais eventos, destacam-se o Rodeio Crioulo, que se realiza de dois em dois anos. Se não o maior, sem dúvida uma das principais manifestações culturais de Marau. Outra festa, a Semana Italiana, realizada anualmente em junho. Nela o principal destaque vem sendo a gastronomia, em detrimento da cultura propriamente dita. Outro evento é o Festival Nacional do Salame, também realizado anualmente em junho e que, culturalmente, tem relação com as tradições italianas. A EXPOMARAU, embora com ênfase para o setor econômico, não deixa de ser uma manifestação cultural. É realizada de dois em dois anos. No campo artístico, há diversos corais, grupos musicais, uma que outra publicação além dos

---

<sup>6</sup> Para manter a fidelidade ao texto original, optamos por não corrigir erros de grafia ou sintaxe nas citações das fontes, indicando com “sic” apenas os erros que dificultariam a compreensão do sentido, para não interferir na fluidez da leitura.

jornais e emissoras de rádio, mais como meios de divulgação dos eventos culturais. Além disso, não há muito mais que mereça atenção. (Bernardi, 2018, p. 186)

Por mais que não possamos identificar o que exatamente é cultura para Bernardi, podemos identificar que tipo de eventos e manifestações ele prioriza contar em seus livros sobre a história de Marau, através dos anos em que ocupou o espaço de autoridade na historiografia do município. Nas duas listas está presente a valorização da indústria e do comércio, das práticas religiosas católicas e da “cultura” italiana. Estes são elementos que se repetem em diversos trechos de sua escrita, como será possível perceber ao longo deste trabalho. O Festival Nacional do Salame, mencionado no segundo trecho, como bem aponta o autor, “tem relação com as tradições italianas”. A fabricação de salame foi a primeira atividade industrial que se instalou na cidade, pelas mãos de uma família italiana, e esse fato é interpretado<sup>7</sup> como a materialização do protagonismo ítalo-brasileiro no “desenvolvimento” de Marau. Assim, hoje o município conta com o título de Capital Nacional do Salame, e uma rota turística intitulada Rota das Salamarias, para além do mencionado Festival. Todas essas iniciativas contam com o apoio, inclusive financeiro, do poder público municipal, refletindo o quanto a idealização desse produto da carne suína alimenta fantasias acerca de um legado da imigração italiana, e institucionalmente fortalece as identidades brancas da cidade<sup>8</sup>.

Assim, esse pequeno ensaio de análise das fontes selecionadas foi aqui feito para demonstrar que, metodologicamente, este trabalho busca fazer uma arqueologia do discurso de Bernardi (Foucault, 2008), buscando entre o dito e o não dito as relações entre a escrita da história desse autor e a branquitude nessa região do Brasil. Muitas vezes, a branquitude de Bernardi está disfarçada em posicionamentos moralistas, nos quais o autor dá seu ponto de vista a respeito de comportamentos e valores que ele diz ver “estarem se perdendo” na cidade. Parte dessa porção de seu discurso não será incluída na análise, pois entendemos que seu posicionamento também se encontra nos trechos em que não está tão explícito, e que garantem mais profundidade na interpretação pelo viés das relações étnico raciais. Dessa forma, buscamos não personalizar a crítica na figura do autor, mas sim no discurso que ele retroalimenta com suas obras.

---

<sup>7</sup> Por Bernardi e outros autores que veremos na revisão de bibliografia, mas também pelo senso comum no município.

<sup>8</sup> Para mais sobre festivais de salame e salamarias, ver: MARAU. *Rota das Salamarias*. Prefeitura de Marau, s.d. Disponível em: <https://www.pmmarau.com.br/rota-das-salamarias>. Acesso em: 03 jul. 2024; e Bernardi, 1992, p. 40; 2018, passim; 2022, p. 43.

Ademais, é possível notar pelas fontes que a ausência de uma história que não seja a branca nas narrativas, à parte do cacique Marau, é construída artificialmente, visto que em diversos momentos, Bernardi “deixa escapar” que houve sim presença negra nas origens do município (Bernardi, 2018, p. 23, 26, 24), além do constante desmerecer da presença indígena. Explorar mais a fundo essas histórias é uma grande possibilidade em aberto para pesquisas sobre a história de Marau. Aos objetivos limitados desta pesquisa, no entanto, coube a seguinte divisão de capítulos. No Capítulo 1, em uma primeira parte exploramos referenciais teóricos para os estudos críticos da branquitude, para o conceito de historiador diletante e para a experimentação de um conceito de colonialidade italiana. Em uma segunda parte, é feita uma revisão bibliográfica de trabalhos acadêmicos que abordam, ainda que sem detalhes, a história de Marau, e que pudemos encontrar em repositórios virtuais. Já no Capítulo 2, adentraremos a descrição e análise das fontes selecionadas para esta pesquisa, três livros de Francisco Bernardi sobre a História de Marau.

## 2 O PRIVILÉGIO DE UM LUGAR E O PRIVILÉGIO DE UM PRODUTO: A BRANQUITUDE E A HISTORIOGRAFIA DILETANTE

### 2.1 OS ESTUDOS CRÍTICOS DA BRANQUITUDE, OS ESTUDOS CULTURAIS E O ÍTALO-BRASILEIRO NO NORTE DO RIO GRANDE DO SUL

Neste capítulo, falaremos mais diretamente “de quem tem tudo, menos cor, onde a cor importa demais” (Emicida, 2019). O verso da canção *Ismália* resume em poucas palavras características fundamentais do conceito de branquitude, que será utilizado neste trabalho como categoria de análise para abordar a produção de Francisco Bernardi, enquanto um historiador diletante. Ser branco, enquanto identidade racial, repetidamente significa “não ter cor”, não sofrer com uma racialização imposta e poder existir no mundo como um ser humano “universal”. Afinal, “a cor importa demais” somente para quem não tem a opção de não a ter.

É o que a socióloga branca Ruth Frankenberg advoga em *Miragem de uma branquidade não marcada* (2004), um dos textos mais visitados na busca de uma definição do conceito de branquitude. Nele, a autora rebate a tese, defendida por ela mesma em obras anteriores, de que a branquitude seria “invisível”, ou seja, a posição racial do branco é a universal, não estando perceptível nas relações sociais. Justamente pelo caráter mutável da ideia de raça, muitas vezes a branquitude se disfarça na classe ou nacionalidade, sendo confundida em noções universalistas como “a humanidade” ou “o Homem”, e isso é um facilitador para a manutenção de uma hegemonia branca. Entretanto, ela só pode ser (não) vista dessa maneira pelos próprios brancos, afinal outras raças que entraram em contato com eles, contato esse que muitas vezes só se deu por vias colonialistas e imperialistas de opressão e exploração, sempre viram com nitidez a aliança entre a posição privilegiada e a raça branca. E é para tornar visíveis esses fatores que Frankenberg lista oito pontos que definem e marcam a branquitude, de acordo com suas pesquisas:

1. A branquidade é um lugar de vantagem estrutural nas sociedades estruturadas na dominação racial.
2. A branquidade é um “ponto de vista”, um lugar a partir do qual nos vemos e vemos os outros e as ordens nacionais e globais.
3. A branquidade é um locus de elaboração de uma gama de práticas e identidades culturais, muitas vezes não marcadas e não denominadas, ou denominadas como nacionais ou “normativas” em vez de especificamente raciais.
4. A branquidade é comumente redenominada ou deslocada dentro das denominações étnicas ou de classe.

5. Muitas vezes a inclusão na categoria branco é uma questão controversa e, em diferentes épocas e lugares, alguns tipos de branquidade são marcadores de fronteira da própria categoria.

6. Como lugar de privilégio, a branquidade não é absoluta, mas atravessada por uma gama de outros eixos de privilégio ou subordinação relativos; estes não apagam nem tornam irrelevante o privilégio racial, mas o modulam ou modificam.

7. A branquidade é produto da história e é uma categoria relacional. Como outras localizações raciais, não tem significado intrínseco, mas apenas significados socialmente construídos. Nessas condições, os significados da branquidade têm camadas complexas e variam localmente e entre os locais; além disso, seus significados podem parecer simultaneamente maleáveis e inflexíveis.

8. O caráter relacional e socialmente construído da branquidade não significa, convém enfatizar, que esse e outros lugares raciais sejam irreais em seus efeitos materiais e discursivos (Frankenberg, 2004, p. 312).

A definição da autora pode ser percebida, por exemplo, na forma pela qual brancos olham e retratam não-brancos: mesmo quando há uma empatia do Eu (branco) sobre o Outro (não-branco), isso costuma ocorrer de uma forma que apenas aprofunda a binaridade dessa relação, sem mexer nas posições de privilégio daquele que olha. O significado dos pontos de Frankenberg também pode ser percebido na reatividade do branco em ser visto e apontado como ser racial, quando a lente é revertida para ele, reatividade que pode vir na forma de negação em ouvir críticas ou questionamentos, ou choque em se ver como integrante fundamental das relações desiguais de raça.

Quanto à intersecção com a classe, Frankenberg cita uma pesquisa em que os sujeitos brancos pobres expressaram “vergonha de sua incapacidade de melhorar economicamente, *apesar de sua branquitude*” (2004, p. 330, grifos no original). Isso é um indicativo de que a branquitude significa a garantia de uma posição de privilégio, e vai ao encontro do que Lia Vainer Schucman, branca e doutora em psicologia social, aponta em seu estudo sobre famílias brasileiras interracialis. Ao falar da predominância, no Brasil, de casamentos interracialis entre homens negros e mulheres brancas, mais do que entre mulheres negras e homens brancos, Schucman aponta que o discurso da branquitude é, por vezes, a única forma de poder para mulheres vulneráveis “à situação de pobreza e à discriminação de gênero” (Schucman, 2023, p. 74). Assim, a raça se intersecciona à classe e ao gênero por meio dos dispositivos da branquitude, onde em uma união entre um homem e uma mulher pobres, a mulher consegue algum espaço de poder através de sua cor.

Muitas vezes o simples ato de tornar visível essa realidade de privilégio não é o suficiente para que os brancos queiram agir contra ela: consciência de raça não necessariamente

se relaciona com antirracismo, no que Frankenberg chamou de “reconhecimento racial evasivo quanto ao poder” (2004, p. 332). Retorna a negação de uma branquitude marcada para que o sujeito branco não precise se reconhecer como o lado opressor das relações de raça, usando muitas vezes um discurso defensor do mérito para justificar seus privilégios. É o que as antropólogas brancas Maria Catarina Zanini e Miriam de Oliveira Santos (2009) identificaram no valor do “trabalho como vocação” em descendentes de imigrantes italianos no Rio Grande do Sul, onde o desenvolvimento de determinadas regiões do estado é atribuído ao esforço e trabalho dessa população.

O historiador negro Lourenço da Conceição Cardoso, em sua dissertação de mestrado (2008), também explora a relação da branquitude com classe. Ele aponta para as hierarquias entre os próprios brancos, que podem vir a partir de nacionalidade (o autor explica: brancos estadunidenses, por exemplo, não veem como brancos os brancos brasileiros), o gênero, a faixa etária, a religiosidade, e, de maneira já mencionada por Frankenberg, a classe:

Problematizar o branco pobre ilustra a complexidade existente quando se olha de perto o indivíduo ou grupo branco. Em uma modesta hipótese, acredito que problematizar a branquitude na sua diversidade pode contribuir para ampliar e aprofundar o conhecimento sobre as sutilezas da lógica de classificação social que, ao resultar em múltiplas e distintas hierarquias, gera prejuízos para uns e privilégios para outros. Se, como já foi assinalado, o ponto em comum entre os diversos grupos brancos seria a obtenção de privilégios, é natural que os privilégios obtidos sejam diversos entre si. A compreensão dos múltiplos aspectos da branquitude pode resultar na maior complexificação das diferentes formas de privilégios obtidos pelos brancos em práticas racistas, por vezes, sutis. (Cardoso, 2008, p. 182)

Zanini e Santos (2009) apontam para distinções e hierarquias relatadas pelos seus entrevistados dentro das próprias comunidades de imigrantes italianos e seus descendentes, distinções feitas de acordo com o tipo de trabalho ao qual a pessoa se dedicava (manual/intelectual) e ao lugar onde morava na cidade (rural/urbano), por exemplo. Obtendo privilégio de maneiras distintas devido a identidades e posições sociais distintas, a branquitude não perde a sua definição de ser uma construção de poder pelo colonialismo, de forma que ser branco não é só estar no poder, mas também *ser* poder (Cardoso, 2008, p. 187). Existe um ganho simbólico e material em ser branco, que estimula o grupo a se manter coeso em sua identidade.

“Olhei no espelho, Ícaro me encarou: ‘Cuidado, não voa tão perto do sol. Eles num guenta te ver livre, imagina te ver rei’” (Emicida, 2019). Ainda em *Ismália*, o eu-lírico de Emicida se compara a Ícaro, personagem do mito grego cujas asas de cera derreteram quando

ele voou muito próximo ao sol. Ele pode estar falando de sua experiência como homem negro no Brasil, que alcançou muito sucesso com a música, e se deparou com a dualidade entre a experiência negra e a experiência branca em espaços de poder no qual ele é recém-chegado. As dualidades branco/negro permeiam toda a letra da canção, acertando em cheio na característica relacional das identidades raciais: nos reconhecemos quando em comparação com o outro. Maria Aparecida Bento, psicóloga negra brasileira, também se faz valer do personagem de um mito grego para falar sobre relações raciais. Em diálogo com a psicanálise, Bento (2002) cunhou a formulação de *pacto narcísico da branquitude*, em referência ao mito de Narciso, cantado por Caetano Veloso como aquele que “acha feio o que não é espelho”. Para a autora, existe um pacto narcísico entre os brancos brasileiros, na forma de uma espécie de acordo tácito da sociedade, dentro do qual o racismo não existiria aqui e as desigualdades raciais são um problema apenas na medida em que os negros sofrem com o que seria uma “herança da escravidão”. Dessa forma, é possível para o grupo privilegiado ignorar o saldo positivo que recebe com essa desigualdade e suposta herança, através de mecanismos grupais de fortalecimento de identidade relacionados com uma necessidade de pertencimento social. Todo ser humano já nasce dentro de grupos definidos, e herda as subjetividades relacionadas a eles, o que permite existir um acordo inconsciente, uma aliança psíquica, entre sujeitos de interesses e identidades semelhantes que determina que é possível ignorar determinadas coisas (Bento, 2002). É assim que os brancos brasileiros se mantêm “em situação de privilégio, higienizados da usurpação que os constituiu” (Bento, 2022, p. 120)

Outro argumento fundamental de Bento é que, no Brasil, a branquitude anda de mãos dadas com o branqueamento, política populacional que foi adotada pelo Estado no final do séc. XIX trazendo milhões de imigrantes brancos europeus, e tornou-se um valor inculcado nas relações raciais do país. Segundo a autora, esse processo se deu através do medo, o medo coletivo que o branco brasileiro, que queria se ver europeu, tinha do negro brasileiro. É um medo do diferente, do *estrangeiro*, cujas origens históricas Bento busca nas epidemias que assolaram a Europa nos séculos XVI e XVII, e na influência da Igreja Católica nessa caça aos marginais da sociedade, vistos como culpados por trazerem as mazelas da peste:

Pode-se considerar uma pedagogia de choque a ação da Igreja na Europa, que fomentou essa violência entre os grupos ao buscar substituir, por meio de medos teológicos, a pesada angústia coletiva resultante de estresses acumulados. (...) Há uma coincidência cronológica entre a grande caça às feiticeiras que ensangüentou o Velho Mundo, a batalha contra a peste e a luta sem trégua conduzida

além do Atlântico contra negros e índios considerados como pagãos.  
(Bento, 2002, p. 9)

Zanini e Santos (2009) apontam para a religiosidade católica dos imigrantes italianos e seus descendentes como tendo um aspecto civilizatório para eles, em conjunto com o trabalho como vocação anteriormente citado. Esses dois fatores promoveriam a coesão grupal e a “manutenção de suas identificações étnicas” (p. 179), um bom exemplo de onde os pactos narcísicos da branquitude podem atuar, inclusive como reflexo da política de branqueamento em sua relação com o catolicismo.

Para Bento, o medo do estrangeiro é uma herança psicológica presente no Brasil até hoje, expressa na negativização de pessoas não-brancas, no voltar-se para o negro para encontrar os problemas relacionados a raça - como feito por décadas na sociologia brasileira por autores como Gilberto Freyre<sup>9</sup>, na construção e manutenção do mito da democracia racial - e no silenciamento sobre o papel do branco na perpetuação dessas desigualdades, essa permissão em ser “invisível” na sua pretensa universalidade. Para Bento, até mesmo autores posteriores, que já levam em conta a realidade do branqueamento e do racismo no Brasil, como Florestan Fernandes<sup>10</sup>, “deixam de fora o branco, como branco” (2002, p. 22). Ao reconhecer as desigualdades de maneira que fossem um problema apenas do negro, e o branqueamento como uma forma de manipulação do próprio negro para alcançar a ascensão social (afinal, quando o negro ascende, ele incomoda - “eles num guenta te ver livre, imagina te ver rei”), o objetivo foi isentar esses pesquisadores brancos defensores da democracia de qualquer culpa. A autora finaliza com a ideia de que a negação de uma identidade negra positiva nos brasileiros impede que o Brasil tenha uma identidade nacional “saudável” como um todo, pois a ausência de um orgulho racial, expressa em uma baixa autoestima de se identificar racialmente, com ideais europeizantes inalcançáveis, implica na ausência de um orgulho nacional.

Como escreveu Ruth Frankenberg, a raça é uma “ficção terrível”: ela não tem forma, pois se baseia em construções que se transformam, mas ainda assim é fundamental na orientação das relações de exploração e opressão, junto de gênero, classe, sexualidade e nação (Frankenberg, 2004, p. 308). De acordo com Julia Landgraf (2022), antropóloga branca, para os estudos culturais, a classificação étnico-racial é imposta nas Américas como um padrão de poder mantenedor da colonialidade. Dessa forma, também é mantido o valor do capital racial da branquitude: esse constructo foi usado para expandir o capitalismo colonial desde o início

---

<sup>9</sup> Bento faz referência a FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*. Rio de Janeiro/Brasília: INL/ MEC, 1980.

<sup>10</sup> Bento faz referência a FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Ática, 1978.

da invasão europeia, permanecendo até hoje como forma de controle e manutenção de um poder hegemônico. É assim que, ao longo da vida, não aprendemos apenas a diferenciar as pessoas, mas também a hierarquizá-las, e a construção de uma identidade racial branca vai sendo permeada de aspectos positivos: beleza, progresso, inteligência. Enquanto isso, a identidade do “Outro”, principalmente do negro e do indígena, recebe todos os significados negativos.

É também em diálogo com os estudos culturais que Benício e José Licínio Backes (2019) vão denominar de colonialidade germânica

os processos de construção identitária sociocultural de populações de imigrantes alemães, vindos desde os inícios do séc. XIX à região do Vale dos Sinos/RS, e de seus descendentes, quanto às suas pretensões de se construir como cultura hegemônica, procurando invisibilizar e inviabilizar a presença de outros grupos étnico-raciais, especialmente populações negras, através da produção de estigmas e discriminações em relação à diferença racial (Backes; Backes, 2019, p. 969)

As marcas identificáveis da branquitude na história de Marau escrita por Francisco Bernardi permitem vislumbrar a aplicabilidade de um conceito de colonialidade italiana para interpretar as dinâmicas raciais que estão envolvidas na historiografia diletante do município. Partindo da formulação de colonialidade germânica feita por Backes e Backes, acreditamos que algo parecido possa ajudar a interpretar regiões do Rio Grande do Sul nas quais é mais forte a presença de descendentes de italianos.

Aqui, buscamos sintetizar algumas das principais características do conceito de branquitude, investigado por pesquisadoras/es da psicologia, das ciências sociais e da história. Para tanto foram citados textos que já conscientemente se inserem no campo dos estudos críticos da branquitude, o que não elimina a importância de trabalhos anteriores que também questionaram o lugar do branco, e fizeram ser possível que existisse esse campo. Somando algumas interpretações recentes acerca da colonialidade, foi construído um referencial teórico que permitirá analisar de que maneiras a branquitude se manifesta nos livros sobre a história de Marau. Para isso, agora também mobilizaremos um referencial teórico sobre a escrita da história, para encontrar maneiras a partir das quais o trabalho de Bernardi pode ser usado como fonte em uma pesquisa histórica.

## 2.2 A HISTÓRIA LOCAL E O HISTORIADOR DILETANTE: DO RIO GRANDE DO NORTE AO RIO GRANDE DO SUL

No prefácio de uma das publicações de Francisco Bernardi que são fontes para este trabalho, Josué Frizon, também professor de português branco de Marau, ao refletir sobre quem

pode ser chamado de historiador, questiona: “Se ele [Francisco Bernardi] não é um historiador marauense, quem o é?” (Bernardi, 2022, p. 7). Dessa forma, Bernardi se enquadra no que Fabiana Dantas (2021), mulher branca mestra em História, categoriza como historiadores diletantes: ele não pesquisa e produz a partir dos mesmos pressupostos teórico-metodológicos da academia, mas é responsável por abastecer uma cultura histórica sobre Marau.

Dantas, em sua dissertação de mestrado, analisou as concepções de história e memória na produção de Celestino Alves, que publicou livros sobre a história de Currais Novos, município do interior do Rio Grande do Norte. Existem muitos paralelos possíveis entre o papel de Alves e o de Bernardi em suas comunidades, e Dantas aponta para a importância do trabalho desses pesquisadores, que costumam aparecer em localidades onde não há margem para formação de historiadores profissionais, dada a distância de grandes centros. Eles costumam ter um contato próximo e afetivo com suas comunidades, bem como fazem levantamentos pioneiros em arquivos e outras fontes de primeira mão, abrindo caminho para futuros colegas. No entanto, aqui também atentamos para os efeitos nem sempre positivos de uma escrita unicamente diletante da história.

Bernardi, no prefácio do livro “Marau: Um século de História”, contextualiza as origens de sua primeira pesquisa histórica, que gerou o “História de Marau, uma comunidade laboriosa”:

Nossa primeira publicação de fôlego data de 1992, quando do lançamento do livro História de Marau - uma Comunidade Laboriosa. Foi, na época, um trabalho feito às pressas. O momento nos impunha a elaboração num curto espaço de tempo, pouco mais de seis meses, pois tratava-se de uma encomenda. Some-se a isso a escassa experiência que tínhamos em termos de pesquisa histórica, não era nosso campo de atividade. Mas o trabalho foi publicado, embora bastante incompleto. (Bernardi, 2018, p. 08)

A partir da forma como ele se posiciona em relação ao seu trabalho nesse trecho, é possível entender um pouco melhor como a historiografia diletante pode operar. Nesse caso, através de uma encomenda da prefeitura, feita por meio da gestão da Secretaria de Educação e Cultura da época. Em um trecho mais à frente, Bernardi reforça a ideia de incompletude que vê em seu trabalho:

Decorridas mais de duas décadas, muito estudo de Marau tivemos oportunidade de realizar como colaboradores de jornais locais, de instituições de ensino e até mesmo de publicações independentes. Além de outras pesquisas bibliográficas citadas no final desta obra e de entrevistas com pessoas portadoras de um cabedal de cultura. Nossos trabalhos foram de grande valia para a compilação deste livro, que

pretende ser mais acabado que tudo que publicamos anteriormente. Com toda certeza, não se trata de uma história completa do município, pois isso seria impossível a qualquer gênio, quanto menos sê-lo. Somos apenas um estudioso que aprendeu empiricamente a arte da pesquisa histórica. (Bernardi, 2018, p. 08)

Fernando Seffner (1997), historiador branco doutor em Educação, e Silvio Marcus de Souza Correa (2002), doutor em história, identificaram algumas tendências em narrativas de história diletante local, como uma visão conservadora a respeito de como se dá o desenvolvimento econômico e “cultural” nos lugares pesquisados. A visão desenvolvimentista pode ser apreendida no discurso de Bernardi quando ele fala que sempre vai faltar algo para a história ser completa, pois os povos estariam em constante evolução (nesse caso especificamente no sentido de progresso, mais do que simplesmente mudança).

Apesar de tanto Seffner (1997) quanto Correa (2002) descreverem como positivistas as características da escrita dos historiadores diletantes locais, não interpretamos Bernardi como metodologicamente positivista. Como ele mesmo fala, seu trabalho se apropria de muitas formas diferentes de fazer história, e nem todas elas são fiéis ao positivismo: o uso de depoimentos orais, por exemplo, e uma falta de apego em citar especificamente quais são as suas fontes. A divisão de seus livros “História de Marau, uma comunidade laboriosa” e “Marau: um século de história”, entre capítulos para geografia, história, política - subdividida entre os três poderes, executivo, legislativo e judiciário -, cultura, religião, economia, etc., até demonstra uma visão da história engessada em valores republicanos, mas daí para interpretá-la como positivista requer um salto teórico grande. De qualquer forma, apenas pela organização dos capítulos já é possível perceber que a história ali retratada será cismasculina, branca e das elites, como será demonstrado no capítulo 2 deste trabalho.

O historiador branco Michel de Certeau (1995), em seu texto publicado na coletânea “História: novos problemas”, argumenta que o fazer histórico acontece na relação entre o lugar social de quem o produz e o procedimento de análise que é feito, ou seja, a prática disciplinar em si. É assim que ele cunha o conceito de *operação histórica*, onde estão em jogo “o privilégio silencioso de um lugar e o privilégio, triunfante e discutível, de um produto” (Certeau, 1995, p. 20). Esse lugar é o que pode ou não dar valor ao produto histórico, o que quer dizer que dependendo de *onde* se escreve, pode-se receber a validação dos pares, pode-se avançar em relação ao que já está posto, pode-se estar “situado em um conjunto operatório” (Certeau, 1995, p. 23). Dantas (2021) identifica na escrita de Celestino Alves o papel que seu lugar social exerce na construção de seu discurso histórico, relação que neste trabalho buscaremos também fazer com Bernardi e seus livros.

Sandra Donner (2012), historiadora branca, também analisa o trabalho dos historiadores que ela chama de amadores, que equivalem aos diletantes de Dantas. Donner direciona seu olhar para a produção de história local por estes indivíduos, e, segundo ela, no geral essas produções não dialogam entre si, nem com o que foi produzido antes, produzindo uma narrativa sobre o passado “não através de um sistema de hipóteses, mas de certezas” (Donner, 2012, p. 226). De certa maneira, portanto, falta aos historiadores diletantes algo que Certeau afirma ser a “razão de ser” da história: ser crítica.

Entendendo Francisco Bernardi enquanto um historiador diletante, e entendendo a sua produção enquanto uma que está, sim, à sua maneira, inserida na historiografia, poderemos ter um olhar mais embasado para sua obra, e inseri-lo no diálogo com os pares. No capítulo de análise de seus livros, veremos como várias de suas características estão próximas às identificadas por Donner (2012), Dantas (2021), Seffner (1997) e Correa (2002). Mas, antes disso, vamos entender o quanto seu trabalho é influente em Marau, e como o diletantismo reina na historiografia do município.

### 2.3 DO VÊNETO A... MARAU? VISÕES SOBRE A HISTÓRIA DO MUNICÍPIO

A vila e a zona rural desenvolveram-se com o trabalho árduo dos colonizadores, descendentes dos imigrantes italianos oriundos das regiões do Vêneto, Lombardia e Trentino, mas foi fundamental o estímulo dos freis capuchinhos, assistentes espirituais dos marauenses a partir de 1934 (Prefeitura de Marau, s/d).

Este trecho da história de Marau, presente no site da prefeitura municipal, traz alguns elementos que podem ser diretamente rastreados nos livros escritos por Bernardi. O protagonismo dado ao trabalho, a um ideal de desenvolvimento, às supostas universais origens italianas e à influência capuchinha estavam postos já no “História de Marau, uma comunidade laboriosa”, e seguem sendo os descritores da cidade ainda hoje, mais de 30 anos depois da publicação do livro. Foi possível encontrá-los na maioria dos trabalhos que entraram na revisão de bibliografia para esta pesquisa, que foi feita a partir da busca de termos como “Marau”, “história de Marau” e “Francisco Bernardi” na ferramenta Google Acadêmico. Optamos por afunilar a busca por este viés da produção acadêmica, disponível em repositórios de universidades.

Um único trabalho de pesquisa histórica, especificamente, foi encontrado. É a dissertação de mestrado em História da professora branca Eliane Aguirre, que trata das disputas de poder no processo de emancipação de Marau, que era distrito do município de Passo Fundo

até 1955. As disputas em questão se referem principalmente à rivalidade entre os partidos PTB e PSB, que se manifestavam em diferentes aspectos da vida marauense (Aguirre, 2008, p. 13). Entretanto, a autora não interpreta essas dinâmicas por um referencial das relações étnico-raciais, por mais que na contextualização da história da ocupação das terras onde hoje fica Marau, ela faça reflexões sobre a presença indígena e os conflitos que os brancos trouxeram:

Por ser a região de Marau historicamente ocupada pelos caingangues, nela os conflitos por terra foram justificados a partir de elementos culturais dos que vieram a tornarem-se dominantes, ou seja, o branco colonizador, que aos interesses políticos e econômicos da elite política do Rio Grande do Sul representavam o sentido do progresso delineado ainda no período do PRR. Nesse sentido, a desqualificação do indígena era artifício para a apropriação de sua principal riqueza, a terra e a liberdade. (Aguirre, 2008, p. 16)

Ao adentrar o recorte cronológico de sua pesquisa, que denomina período emancipacionista (1945-1955), Aguirre não retoma as racializações, focando no aspecto que ela chama de “político”. Suas fontes são jornais da cidade da época, atas da Câmara Municipal de Vereadores e a entrevista que realizou com Clélia Bortolini<sup>11</sup>. A partir daqui, nenhuma pesquisa das encontradas foi feita por historiador/a profissional: são trabalhos de diferentes áreas que de uma forma ou de outra mencionam a história do município.

O outro trabalho acadêmico encontrado em repositório virtual que fala diretamente da história de Marau é a única tese de doutorado sobre a cidade, do já mencionado doutor em Letras Josué Frizon. Ele se propõe a escrever a história do Tope, localidade no interior de Marau, a partir do que descreve como 3 fontes primárias principais: a transcrição de documentos, principalmente os de um antigo professor da localidade, o Manoel de Araújo Shell; histórias orais de habitantes do Tope e objetos antigos que foram doados para o autor por famílias da região, ao longo dos anos (Frizon, 2022). Desde o início de sua escrita Frizon aponta que não tem a pretensão de fazer uma pesquisa historiográfica, e sim uma coleta de memórias, que sai na forma de uma narrativa muito mais literária que historiográfica (a linha de pesquisa na qual foi defendida a tese é a de Estudos Literários Aplicados). Assim, para conectar as memórias esparsas que ele recolheu, usa sua imaginação: em suas palavras, cria uma “ficção verossímil” (Frizon, 2022, p. 124).

---

<sup>11</sup> Clélia Bortolini também pode ser considerada uma das historiadoras (diletantes) de Marau. Descendente de imigrantes italianos, natural de Nova Prata (RS), assim como Bernardi foi professora de português em Marau, vivendo boa parte de sua vida ali. Nos anos 2000, atuou como jornalista, escrevendo textos sobre a história da cidade em jornais, e tornando-se reconhecida na comunidade por isso. Entretanto, não foram localizadas escritas acadêmicas de sua autoria sobre a história do município, ficando, assim, de fora desta revisão.

Em sua tese, aparece uma das únicas referências à presença negra nas narrativas sobre a cidade que caíram nesta revisão, quando ele conta de histórias de sua vó que descreviam “a festa dos negros, vestidos de encarnado, dançando ao redor de uma fogueira.” (Frizon, 2022, p. 26). O autor conta que anos mais tarde investigou qual festa seria essa, chegando à conclusão de que poderia ser um “Ajere” ou uma “Congada”, por serem festas de origem afro-brasileira que envolviam fogo e vestes vermelhas. A exemplo desse caso, as várias pequenas histórias que Frizon coletou e nos reconta são cheias de possibilidade de investigação histórica, e ele mesmo explora isso, apesar de em alguns momentos reproduzir o senso comum, especialmente em relação a identidades raciais:

Sendo assim, os habitantes do Tope vivem até hoje de modo particular, em que as pessoas parecem caminhar num ritmo mais tranquilo, despreocupado, a exemplo do que pode ser observado em comunidades com traços de maior miscigenação, especialmente aquelas que contavam com indígenas e portugueses, pois estes povos não tinham a mesma preocupação produtiva e industrial que apresentavam os imigrantes que passaram a chegar ao Brasil no século XIX. (Frizon, 2022, p. 12)

Assim, também neste trabalho foi encontrado um discurso que identifica os imigrantes europeus como laboriosos e responsáveis por um desenvolvimento industrial. Francisco Bernardi é aqui usado como referência mais de uma vez, para fazer uma relação entre o Tope e o núcleo urbano que viria a ser o centro de Marau.

Da área da Educação, foram encontradas duas dissertações que, ao falar sobre Marau, trazem uma contextualização histórica. O primeiro, de 2008, é da professora branca Roberta Federizzi, no qual ela analisa processos de educação não-formal a partir do Coral Municipal de Marau Alegria Franciscana. Federizzi, descendente de imigrantes italianos, é mais uma autoridade na historiografia (diletante) marauense, tendo seus livros sobre a história da cidade referenciados em alguns dos trabalhos revisados (Strapasson, 2011; Carlesso et al, 2018). Na sua dissertação, algumas de suas inclinações ficam evidentes, como o fato de abordar unicamente o trabalho de imigrantes italianos e dos religiosos capuchinhos como formadores de Marau:

A vila e a zona rural do município desenvolveram-se com o trabalho dos colonizadores, especialmente os descendentes dos imigrantes italianos oriundos das regiões do Vêneto, Lombardia e Trentino, também importante foi o estímulo dos freis capuchinhos, assistentes espirituais dos marauenses a partir de 1934. (Federizzi, 2008, p. 18)

Vemos que são as mesmas palavras usadas no site da Prefeitura de Marau, em uma narrativa que em muito se assemelha à que encontramos nos livros de Bernardi. Ele e Bortolini

são as únicas referências sobre a história do município que Federizzi cita. Não há, também, reflexões sobre raça neste trabalho, nem um reconhecimento da branquitude.

A outra dissertação em Educação é de 2011, da educadora passofundense Gláucia Strapasson. Também descendente de imigrantes italianos, ao falar especificamente da história de Marau, Strapasson usa como referências Bernardi e Federizzi, mas ao contextualizar a história da região e do Rio Grande do Sul, cita historiadores acadêmicos, como Mario Maestri e João Carlos Tedesco. De qualquer maneira, mesmo com a preocupação em aprofundar mais a história indígena antes da chegada dos imigrantes europeus<sup>12</sup>, a autora dedica toda uma sessão específica para falar dos imigrantes italianos, sem, contanto, posicioná-los nas relações raciais.

A partir desses quatro trabalhos, já é possível perceber alguns padrões nas autorias: são todos escritos no século XXI, por pessoas brancas do município ou arredores, que trabalham com educação e fizeram algum nível de sua formação acadêmica na Universidade de Passo Fundo (UPF), que é particular e a única da região que oferece o curso de História. Seguindo na revisão, algumas dessas características continuarão aparecendo, somadas a uma ausência de letramento racial crítico, expressa, por exemplo, na falta de uma autoidentificação étnico-racial e no absoluto silêncio a respeito da história negra na região.

Um conjunto de produções de uma área um pouco diferente que abordam, mesmo que brevemente, a história de Marau, é o dos trabalhos de conclusão do curso de Bacharelado em Desenvolvimento Rural, oferecido pela UFRGS em Camargo (RS), cidade vizinha a Marau. Os três analisados são de 2011.

O de Adilson Maurina trata do êxodo rural das últimas décadas na localidade de Veado Pardo, no interior de Marau. Veado Pardo só passou a ter sua característica de comunidade anos depois da emancipação de Marau, de forma que o contexto histórico apresentado por Maurina vem todo de suas entrevistas com os habitantes do local, cuja narrativa é novamente centrada na história da imigração italiana. Bernardi (1992) está listado entre as suas referências, por mais que não apareça ao longo do texto, e é a única referência sobre história.

Já o de Greice Zanotto Bonamigo, é um estudo sobre turismo rural e agroindústria a partir do caso da Rota das Salamarias, a já mencionada rota turística do interior de Marau, muito

---

<sup>12</sup> É o único trabalho que se preocupa em especificar qual etnia indígena habitava a região: “A cidade de Marau está localizada entre a serra e o norte do Rio Grande do Sul, sendo que, no século XIX, era ocupada por grupos indígenas, oriundos das fazendas de colonizadores ‘que precisavam de mão de obra para as lavouras de cana de açúcar e começaram a escravizar os índios’ (MONTEIRO, 2008, p. 4). Esses fugiram para o interior, passando a disputar espaços com outras tribos. Os grupos, na região, eram formados pelas tribos caingangues, tapuias e carijós que iam à busca da ‘terra sem males’. Lutavam contra os brancos e conflitavam entre as suas próprias e/ou outras tribos. A região era inicialmente, habitada por índios carijós” (Strapasson, 2011, p. 16)

focada na cultura da imigração italiana. Em Bonamigo, a contextualização histórica dada a Marau é a que está na página da Prefeitura Municipal, que é a referência da autora, e acaba reproduzindo a narrativa de Bernardi (1992).

O trabalho de Raquel Marodin, também é sobre a Rota da Salamarias, mas mais focado no apoio do poder público a essa iniciativa. Sua contextualização histórica é bem breve, resumindo em um parágrafo a narrativa de Bernardi (1992):

Segundo Bernardi (1992) o município de Marau deve seu nome a um índio que lutou bravamente contra invasores. É uma cidade antiga, que mantém tradições herdadas dos imigrantes italianos há mais de cem anos, os primeiros imigrantes chegaram à região em 1904. Esses imigrantes encontraram mata atlântica fechada e muita dificuldade de iniciar a plantação, mas aos poucos foram abrindo clareiras para conseguir plantar para o sustento. Com o passar dos anos os agricultores não plantavam apenas para subsistência, mas sim para adquirir renda, por isso foi necessária a modernização. (Marodin, 2011, p. 15)

Este bloco de trabalhos é todo composto por autores com sobrenomes italianos, e é possível ver o enraizamento da visão heróica dos descendentes de italianos, diferente, em sua permanência até os dias atuais, da dos indígenas, que mesmo “lutando contra os invasores”, não teriam se mantido na região. Ocorrem, assim, usos da história por quem não tem a pretensão de fazer uma escrita historiográfica, mas que acaba por fornecer fontes acessíveis para quem se interessa pelo passado de Marau e, notadamente, para a transmissão nas instituições escolares, dado o vazio deixado pela historiografia profissional.

Indo para outra área, também foram lidos dois trabalhos de Administração sobre Marau. O primeiro, de 2016, é o relatório de estágio supervisionado de Anaise Dalla Corte, no qual novamente é analisada a Rota das Salamarias, e a contextualização histórica é retirada do site da prefeitura. O discurso sobre a “vocação empreendedora” do povo marauense, entendido como de ascendência italiana, se mantém. O mesmo ocorre no segundo trabalho da Administração, também um relatório de estágio, dessa vez de 2018. Sua autora, Tainara Kaspary, não chega a ter uma sessão específica sobre a história do município, mas cita o livro de Bernardi em alguns momentos para descrever as características dos marauenses, como no trecho: “Como afirma Bernardi (1992), a população marauense sempre foi ativa, dinâmica e atenta às oportunidades de mercado.” ((Kaspary, 2018), p. 35).

Na área da Geografia, há um artigo publicado pelos, à época, estudantes da graduação Andrei Carlesso, Allana Antunes Perin e Ana Maria Sanches, que além de Bernardi e Federizzi, citam Aguirre para descrever características de Marau, a exemplo do trecho:

Como uma tradicional cidade de colonização italiana, o município de Marau teve seu início baseado na chegada de imigrantes italianos, que expulsaram os indígenas presentes nestas terras e as transformaram em áreas de alta produtividade e em povoados prósperos que foram crescendo instantaneamente (AGUIRRE, 2009, p. 19). Essa mesma autora atribui o rápido desenvolvimento deste povoado ao fato de seus colonizadores serem já da segunda, e por vezes até terceira, geração dos que vieram de fato da Itália, então já conheciam o modo de trabalho e de cultivo adequados a esse local. (Carlesso; et al, 2018, p. 8)

É inegável o quão arraigada a narrativa hierarquizada a respeito dos descendentes de italianos e indígenas está nas produções acadêmicas sobre Marau. De exemplos semelhantes, ainda temos o TCC em Relações Internacionais de Gabriel Vieira de Macedo (2022), e o Trabalho de Conclusão de Residência Multiprofissional em Saúde de Júlia de Marco (2019), que também têm como base os escritos de Bernardi e o disponível no site da Prefeitura de Marau. Por fim, vale destacar a existência de um trabalho da área da comunicação, mais especificamente um TCC em Jornalismo, de Andersson Catani, que compara a cobertura dos jornais “O salame”, do na época distrito de Marau, e “O Nacional”, veículo passofundense mais consolidado, a respeito do processo de emancipação política de Marau. De 2013, seu trabalho também usa Bernardi como uma das bases, mas faz a ressalva ao falar da história de Passo Fundo: “**Sob a ótica do elemento branco**, a povoação passou a se desenvolver e, em 1847, foi elevada à freguesia.” (Catani, (2013), p. 24, grifos nossos). Assim, pode-se dizer que em alguns casos existe um traço de visão crítica de raça em trabalhos sobre a história de Marau.

Entretanto, nenhuma das produções alcançadas por esta revisão reflete a fundo sobre as relações étnico-raciais, ou leva em conta a existência da branquitude. Na mesma medida, elas demonstram o quanto os livros de Bernardi são basilares na construção de uma cultura histórica para Marau, e conseqüentemente ajudam a consolidar a hegemonia branca nessa região de colonialidade italiana. Sendo assim, no próximo capítulo olharemos mais de perto os três livros do autor selecionados, analisando de que maneiras estão colocadas em seu discurso as relações raciais, especialmente a partir da branquitude.

### **3 HISTÓRIA, LABOR E ETNIA: UM MERGULHO NA OBRA DE FRANCISCO BERNARDI**

Um povo sem história é um povo sem cultura. Disto infere-se que cada indivíduo tem obrigação de conhecer o passado da comunidade em que está inserido. Através desta obra, o cidadão marauense tem o ensejo de saber, se não tudo, ao menos os fatos e a vida dos homens que fizeram a História de Marau ao longo dos tempos. Se muito daquilo que aconteceu nesta comuna não vai narrado aqui, é justamente porque se deixou de registrar em época oportuna – a inexorabilidade do tempo já trágou. O livro pretende justamente resgatar o passado e registrar o presente para esta e para as gerações futuras. O passado, independentemente de como foi, serve como exemplo para que se vivencie o presente (Bernardi, 1992).

Iniciamos este capítulo com um primeiro vislumbre do primeiro livro escrito por Francisco Bernardi sobre a história de Marau. As palavras da citação estão na quarta capa, e demonstram uma visão sobre a razão de ser do trabalho historiográfico que, veremos, se manterá ao longo de toda a sua obra. Também é possível identificar os objetivos ditos do autor: o de preservar “os fatos e a vida dos homens que fizeram a História de Marau”. Somando essas palavras ao relato da secretária de Educação e Cultura daquela gestão, presente no capítulo de Apresentação do mesmo livro, é possível perceber que naquele contexto havia uma urgência em “fotografar” o momento em que se encontrava o “desenvolvimento” do município. Para a secretária, Clací Fazolo Portaluppi, mulher branca descendente de imigrantes italianos, o motivo de produzir um livro sobre a história da cidade é puramente preservar do esquecimento os relatos ali contidos (Bernardi, 1992, p. 4).

Esta preocupação é semelhante à que Dantas encontra em sua análise sobre a concepção de história na obra do historiador dileitante que ela pesquisa, Celestino Alves. Há em ambos os autores, Alves e Bernardi, uma preocupação em salvar certas memórias “tradicionais” do esquecimento causado pela modernização (Dantas, 2021). Da mesma forma, as publicações de Alves, sobre o município de Currais Novos (RN) são da década de 1980, e a gestão da prefeitura de Marau que contratou Bernardi para a escrita de “História de Marau” é do final da mesma década. Sandra Donner aponta para o crescimento da produção do campo da História Local no fim do séc. XX e início do XXI, tanto na academia quanto por historiadores diletantes, como um reflexo da transformação da temporalidade causada pela aceleração do capitalismo, e de uma necessidade de memorialização que começa a partir para processos forçados de produção

de memória, uma “cultura” e “mercado” da memória (Donner, 2012, p. 226). Assim, é possível localizar o “História de Marau”, e o início da ainda operante produção historiográfica de Bernardi, em um período no qual outras produções brasileiras semelhantes também eram escritas.

A partir daqui, entraremos diretamente em contato com as fontes deste trabalho. A seleção desses três livros dentro da obra do autor se dá porque os dois primeiros se propõem a ser panoramas gerais da história do município, e seu formato similar facilita a comparação do que se manteve e o que se alterou entre ambos, nos 26 anos que os separam. Eles também são os mais referenciados em produções sobre Marau, como foi possível perceber na revisão bibliográfica. A escolha do terceiro se justifica por ser a publicação mais recente do autor, e por tratar diretamente do tema da raça, foco do presente trabalho.

Quadro 1 - Lista de fontes

<b>Livro:</b>	<b>Ano de publicação:</b>	<b>Editora:</b>	<b>Número de páginas:</b>
História de Marau, uma comunidade laboriosa	1992	Gráfica Editora Pallotti (sediada em Porto Alegre/RS à época)	141
Marau: um século de história	2018	Editores Berthier (Passo Fundo/RS)	192
Construtores de Marau: as etnias que formaram a nossa terra	2022	Editores Berthier (Passo Fundo/RS)	140

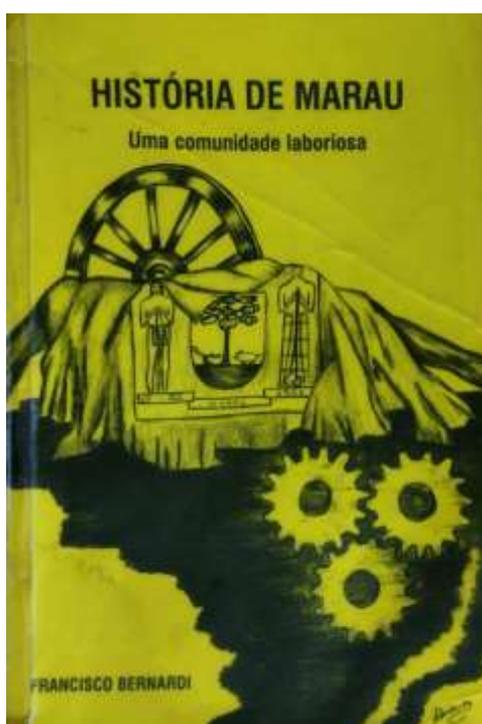
Fonte: elaborado pela autora.

A leitura das fontes foi feita em sua integralidade, e fomos registrando os trechos que mais se relacionavam com as características da branquitude presentes no referencial teórico. Veremos na descrição dos livros que alguns de seus capítulos são bem focados em relatos de características de Marau que se presumem “objetivos”. Mesmo que essa visão também entregue parte de uma visão racionalista brancocêntrica do conhecimento, optamos por, na análise, nos aprofundarmos nos capítulos que falam sobre a história do município e das pessoas, trazendo elementos mais subjetivos da visão do autor. Ademais, foram selecionadas imagens de páginas dos livros que permitam vislumbrar a materialidade do intertexto presente no discurso de Bernardi.

A princípio, nossa análise está dividida em uma parte para cada livro. Entretanto, boa parte do que foi paulatinamente sendo identificado como manifestações da branquitude e de uma colonialidade italiana está nas continuidades e rupturas entre livros, de forma que muitos trechos se atravessam, e as análises acabaram por se dar mais por conteúdo e tema do que por livro em si. De qualquer forma, mantivemos a estrutura para que a leitura ficasse mais organizada, mas fica o aviso de que cada seção contará com trechos de todos os três livros.

### 3.1 HISTÓRIA DE MARAU, UMA COMUNIDADE LABORIOSA

Figura 2 - Capa do livro "História de Marau, uma comunidade laboriosa"



Capa do livro onde se vê um mapa do Brasil e o brasão de armas de Marau, com elementos como uma roda d'água e rodas dentadas, representando, provavelmente, a visão de desenvolvimento industrial da cidade presente no livro.

Fonte: Bernardi, 1992.

O primeiro livro aqui analisado é o primeiro do autor sobre a história do município. Ele não conta com ficha técnica, visto que não foi organizado por uma editora, e sim pela Administração 1989/1992 da prefeitura municipal de Marau, como consta na folha de rosto. De capa mole, é um volume fino e leve, e conta com imagens em preto e branco de fotografias, mapas e tabelas que dialogam com o texto corrido. O livro é dividido em 23 capítulos, que seguem uma lógica de segmentação da história do município em pré e pós emancipação. Assim, temos as subdivisões:

Quadro 2 - Apresentação do livro "História de Marau, uma comunidade laboriosa"

<b>Capítulo</b>	<b>Descrição</b>
Apresentação	Escrita pela secretária da Educação e Cultura de Marau da época.
Agradecimento	O autor agradece a quem disponibilizou as fontes do livro, órgãos públicos e pessoas entrevistadas.
Introdução	Uma espécie de apologia às lacunas e limites da pesquisa.
Parte I: Origens	
1. Situação geográfica	Uma descrição da extensão, topografia, pluviosidade entre outras características “duras” da geografia do município.
2. Origens	Onde é narrada a quase que mitológica história do cacique Marau, que teria dado origem ao nome do município.
3. Ocupação italiana	Contextualização da chegada de imigrantes italianos no Rio Grande do Sul, e como se espalharam a partir de levadas até chegar em Marau, além de descrição do modo de vida dos primeiros ítalo-marauenses.
4. Marau, 5º Distrito de Passo Fundo	Como funcionava a administração antes da emancipação, quem eram os habitantes e o que faziam.
4.1. Vida espiritual e Ação Capuchinha	Narrativa das gestões de cada pároco capuchinho que ocupou o cargo na cidade.
4.2. Desenvolvimento Econômico	As histórias de origem dos primeiros comércios e indústrias da cidade.
4.3. Emancipação	As disputas políticas e plebiscitos que envolveram a emancipação do município em 1955.
Parte II: Emancipação e atualidade	
1. Organização político-administrativa	Descrição de cada uma das gestões da prefeitura desde a emancipação.
2. Aspectos econômicos	Dividido em descrições de: “2.1. Agricultura”,” 2.2. Indústria” e “2.3. Comércio”, com muito foco em dados (quantas toneladas de milho foram produzidas no último ano agrícola, por exemplo).
3. Aspectos Sociais	Dividido em descrições de: “3.1. Educação”,” 3.2. Cultura” e “3.3. Desporto e Laser” (sic), também

	bastante focado em dados (como o número de alunos matriculados nas escolas do município).
4. Prestação de serviços	Descrição de variados serviços, desde os bancos que existiam na cidade no ano que o livro foi escrito até quais órgãos do governo atuam, incluindo, por exemplo, o serviço público de saúde.
5. Os símbolos municipais	Descrição e interpretação do brasão de armas, da bandeira e do hino de Marau.
Conclusão	Onde o autor faz uma interpretação de alguns dos problemas e virtudes que ele avalia no município.

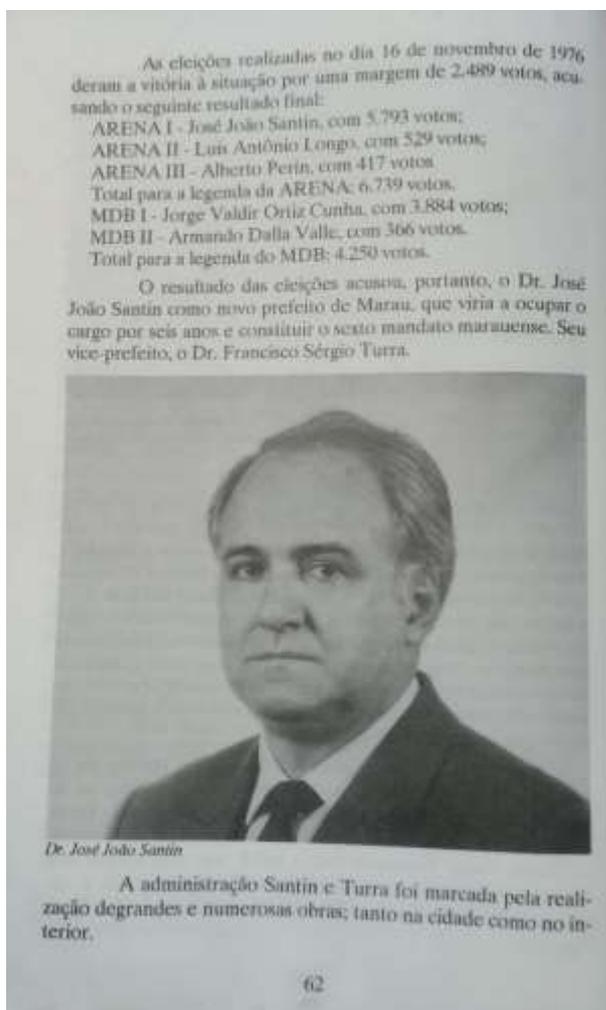
Fonte: elaborado pela autora

No início dos anos 1990, atendendo a um chamado da prefeitura, que lhe encomendara uma resenha sobre o município, Bernardi fez sua primeira pesquisa histórica. Ele aponta como suas fontes entrevistas com pessoas que viveram durante os anos que ele queria narrar, além de consulta à “escassa bibliografia existente em Marau e região” e “da busca nos anais e registros existentes nas repartições públicas como: Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores, Forum” (sic) (Bernardi, 1992, p. 6). Essas fontes são explicitadas na Introdução, não havendo listagem das referências utilizadas ao final da obra.

Ainda mais referente à época da redação desse livro, está a descrição que Francisco faz da gestão que o encomendou. No mandato em questão, de 1989 a 1992, o prefeito foi José João Santin, homem branco de ascendência ítalo-brasileira, eleito sob a sigla do Partido Democrático Social (PDS). José Santin já havia sido prefeito pela ARENA no sexto mandato, de 1977 a 1983, e a descrição de seus mandatos destaca o quanto ele melhorou a qualidade de vida dos agricultores ao investir fortemente em infraestrutura na zona rural, com instalação de rede elétrica e de telefonia. É um discurso muito similar ao que Dantas identificou nos livros de Celestino Alves: “Sem questionamento quanto às relações de poder envolvidas no processo político local, eles [os homens vinculados à política] são apresentados como verdadeiros benfeitores, por serem homens que resolviam todas as questões importantes do município” (Dantas, 2021, p. 44). Essa forma de contar a história, através de um tipo de relato detalhado das obras públicas, sem se aprofundar nos meandros políticos e sociais, também se encaixa nas características de produção diletante descritas por Seffner (1997). Assim, podemos inferir algumas das relações de poder que estão contidas na produção da história por Bernardi: um

formato que segue algum padrão na historiografia diletante para responder a um pedido da prefeitura, que por sua vez também poderá ter exercido influência no que foi escrito.

Figura 3 - Página do "História de Marau" com a fotografia do prefeito cuja gestão encomendou o livro



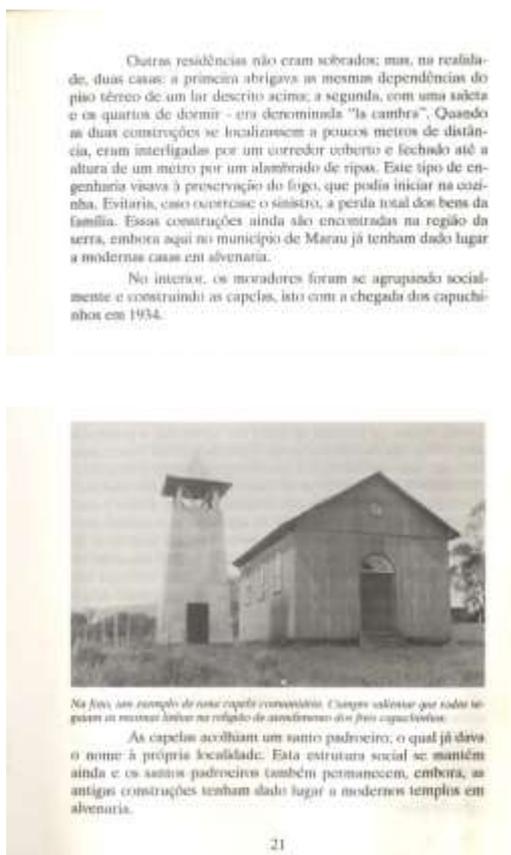
Página do capítulo “Organização político-administrativa”, onde estão fotos de cada um dos prefeitos e grupo de vereadores formados desde a emancipação do município. Na imagem, o prefeito que encomendou a escrita do “História de Marau”, acompanhado dos resultados da eleição de seu primeiro mandato. Vemos que, neste livro, os rostos que ganham destaque são os dos “grandes homens” envolvidos com a política, em sua maioria descendentes de italianos. Fonte: Bernardi, 1992, p 62.

Assim como essa forma de visão da política, Bernardi demonstra em sua escrita um grande apreço à religião católica. É nesse quesito que identificamos algumas das mais fortes marcas da branquitude em seus livros, especialmente a partir da diferenciação que ele estabelece entre os “italianos” e os “brasileiros”. Um dos trechos em que isso aparece vem logo no primeiro parágrafo do capítulo 4.1, da Parte 1: “Vida espiritual e Ação Capuchinha”.

Ao contrário do brasileiro, que era avesso à religião e a frequência às igrejas - como afirmava o senhor Gabriel Reveilleau - os descendentes de italianos eram muito religiosos. Por esta razão, onde se situa a Igreja Matriz Cristo Redentor, em 1909, já existia um capitel, ou seja, uma igreja de quatro metros por quatro. Erigida com tábuas lascadas à mão e com enormes frestas entre uma tábua e outra. O santo da devoção intronizado (sic) foi Santo Antônio de Pádua. (Bernardi, 1992, p. 28)

Aqui, Bernardi atribui valor à dedicação dos descendentes de italianos para com a religião católica. É uma das características que Zanini e Santos (2009) encontraram nos grupos de imigrantes que pesquisaram, sendo que o aspecto civilizatório do cristianismo é aqui usado para distinguir um grupo (os descendentes de italianos) do outro (os “brasileiros”). A construção adiantada de um capitel no centro do núcleo urbano é destacada na narrativa da história da cidade, e a necessidade de apontar para o protagonismo dos descendentes de imigrantes nesse processo em contraste com a ausência de práticas religiosas dos “brasileiros” demonstra uma hierarquização entre os grupos (quem seria mais valoroso do que alguém que lasca à mão as tábuas que construirão seu primeiro templo?).

Figura 4 - Página do "História de Marau" com fotografia de capela católica



Na imagem, página do “História de Marau” onde há uma fotografia legendada como “capela de comunidade”. Há uma forte associação feita pelo autor entre a construção de capelas e outros templos católicos com o desenvolvimento das comunidades rurais em Marau, como veremos em outros exemplos mais adiante. Fonte: Bernardi, 1992, p. 21

No texto que aparece na imagem da página 21 do livro, é possível perceber a transformação das construções de madeira para alvenaria como símbolo de progresso; no fim do primeiro parágrafo se referindo às casas dos colonos, e no fim do terceiro às igrejas e capelas. A materialização do progresso na construção, sempre associada ao labor do colono, é citada no texto de Bernardi em outros momentos, conforme os dois exemplos a seguir. No primeiro, ele descreve a divisão do trabalho antes da emancipação do município:

O subintendente tinha como colaboradores os comissários do interior. Uma das tarefas do comissário era a de arregimentar a construção e conservação de estradas. Foram esses abnegados comissários que comandaram a abertura de estradas, estradas estas abertas pelos colonos, munidos de facões, foices, pás, picaretas, enxadas uma vez que não havia máquinas (Bernardi, 1992, p. 25).

A mensagem que o autor passa é de que a cidade só começa a se desenhar com a construção de igrejas e estradas pelo trabalho duro dos colonos. Ou, no caso do segundo exemplo, pela boa administração de políticos descendentes desses colonos, como acontece na já comentada descrição do mandato do prefeito José João Santin:

Mas, a presente administração também não esqueceu do aspecto social. Senão todas, mas a quase totalidade das comunidades rurais possuem um templo, um salão comunitário e uma quadra de esportes, muitas iluminadas para jogos noturnos; todas as construções em alvenaria. A Prefeitura sempre contribuiu quando da construção das capelas e salões; sendo ela própria quem construiu as quadras esportivas. Juntamente com os programas de microbacias e de incentivo à diversificação dos produtos agrícolas ou da criação de animais e aves, tem procurado reter o rurícola no campo. Tanto é que a cidade não possui meninos de rua e tampouco a indigência vista em outros centros urbanos. (Bernardi, 1992, p. 70)<sup>13</sup>

Pensando na associação entre religião, trabalho e civilização, é possível ver o que Ruth Frankenberg (2004) e Lourenço Cardoso (2008) querem dizer quando apontam a religiosidade como moduladora da branquitude: ter um pertencimento religioso hegemônico permite acesso

---

<sup>13</sup> Em sua menção aos “meninos de rua”, Bernardi deixa transparecer um viés higienista de seu discurso sobre classe. Veremos como isso se manifesta de outras formas ao longo de sua obra.

a outro nível dessa identidade racial. Zanini e Santos se aproximam disso ao falar da construção de uma identidade ítalo-brasileira:

Cabe aqui observar que não é possível compreender a colonização italiana para o Rio Grande do Sul sem observar a sua relação com a igreja católica, como já referido anteriormente. A religião é sempre apontada como um elemento central para explicar a solidariedade intergruppal, e também como um fator distintivo entre os descendentes de imigrantes italianos e os demais brasileiros que habitavam a região. O trabalho era, e ainda é, visto como uma “vocação” e eles se consideram trabalhadores sóbrios, dedicados, acreditando que o trabalho em si é uma finalidade e que a sua dedicação a ele é uma forma de cumprir com os desígnios sagrados. O gosto pelo trabalho, igualmente, era algo constante nas entrevistas realizadas pelas autoras. Socializar para o trabalho, como socializar para a vida religiosa também. Compreendemos que não havia, e ainda não há, como dissociar religiosidade da construção valorativa acerca do trabalho entre aqueles imigrantes e seus descendentes. (Zanini; Santos, 2009, p. 184)

Cida Bento (2002) também aponta que a Igreja Católica teve um papel preponderante na construção das relações desiguais de raça entre o “Novo” e o “Velho” Mundo. O medo do “Outro” construído pela Igreja que Bento descreve aparece de uma forma interessante mais à frente no capítulo de Bernardi: “Frei Anastásio procurou incentivar ao máximo os movimentos católicos de leigos para afastar as ideias comunistas que sopravam da Europa Oriental na II Guerra Mundial” (Bernardi, 1992, p. 35). Essa constatação vem na descrição da liderança do pároco Atanásio Polentz, assumida em 1943. Vinda de Bernardi, a afirmação demonstra o poder político e social da Igreja, bem como seus interesses em manter o *status quo* do capitalismo dominante. Júlia Landgraf (2022), quando argumenta que a classificação étnico-racial é imposta nas Américas como um padrão de poder mantenedor da colonialidade, elabora a convergência da colonialidade com a necessidade sempre crescente de expansão do capitalismo: “todas as formas históricas de controle do trabalho foram articuladas em torno do capital e do mercado mundial - a constituição da América Latina mundializa o capitalismo, que tem a Europa como seu centro e a modernidade e colonialidade como eixos principais” (Landgraf, 2022, p. 34). Então, através da história do colonialismo, há uma manutenção da “cotação” do capital racial da branquitude por meio da imposição das formas de trabalho e das práticas religiosas europeias.

Ainda sobre o poder político dos Capuchinhos, há um trecho no qual Bernardi não se posiciona a favor, mas também não critica a influência de um frei nas eleições para prefeito:

Como o Brasil vivia o período da Ditadura Militar que, através do Ato Institucional Nº 2 proscovia todos os partidos políticos e autorizava o funcionamento da ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e do MDB (Movimento Democrático Brasileiro) apenas, todos os simpatizantes e filiados dos antigos partidos políticos, congregaram-se em torno dessas duas legendas. Em Marau, os antigos militantes do PSD e do PL passaram a integrar a ARENA, partido do Prefeito De Toni; enquanto os antigos militantes do PTB ingressaram no MDB. Assim, o adversário político do Dr. De Toni, nas eleições de 1968 foi o Dr. Irajá Andara Rodrigues, um pelotense radicado em Marau em função de sua atividade profissional, era funcionário da Exatoria Estadual. Foi a eleição mais disputada em Marau. O resultado final acusou uma diferença pró ARENA inferior a duzentos votos. Infelizmente, deixamos de informar o resultado exato desse pleito por falta de documentação nos registros do Cartório Eleitoral de Marau. Houve mesmo uma época durante o período de campanha eleitoral em que a vitória pendeu para a oposição; mas, nos últimos dias de campanha, o vigário do Distrito de Camargo, frei Nicásio reverteu as tendências de voto de seus paroquianos, garantindo a vitória do partido da situação. (Bernardi, 1992, p. 57)<sup>14</sup>

Assim, inserindo essas narrativas nos livros sobre a história de Marau, Bernardi constrói um discurso sobre o catolicismo e os capuchinhos que almeja ser a “verdade” sobre a relação dos mesmos com a cidade<sup>15</sup>. A única interpretação possível, para o católico Bernardi, é essa: os marauenses (italianos) estavam destinados a serem “assessorados espiritualmente” pelos capuchinhos, visto a sua integridade moral e de fé, como é possível perceber também no trecho de “Marau, um século de história”:

Com o rápido crescimento da ordem dos freis capuchinhos no Rio Grande do Sul na década de 1920, o superior provincial, frei José de Bento Gonçalves (José Cherubini) viu a necessidade de fundação de novos conventos para alojar estudantes, especialmente os de Filosofia. Iniciou então um périplo de bispado em bispado. Ao mesmo tempo em que recebia um não de alguns prelados, colheu propostas de localidades da parte de outros que não interessavam à Ordem. Mas o bispo de Santa Maria, amigo dos capuchinhos, ofereceu-lhe a paróquia de Marau, 5º Distrito de Passo Fundo, mas com a condição de assumirem igualmente

---

<sup>14</sup> Por mais que apenas o final da citação faça referência à atuação capuchinha, optamos por transcrevê-la na integralidade para que fosse incluído o contexto da ditadura civil-militar brasileira. Longe do escopo desta pesquisa, as relações de poder em Marau durante a Ditadura são um potente espaço de investigação para futuros trabalhos. No “Um século de história”, Bernardi opta por chamar o golpe militar de Revolução Militar de 1964 (Bernardi, 2018, p. 64), por exemplo. Note também que o nome do candidato da oposição, que acabou perdendo, não evoca a ancestralidade italiana, ao contrário do candidato vencedor.

<sup>15</sup> No “Um século de história”, se repete a narrativa positivada de algumas dessas influências, como no caso da primeira gestão do município recém emancipado: “Por ocasião da posse do prefeito Lauro Bortolon, a 28 de fevereiro de 1955, a Prefeitura não dispunha de nenhum bem ou imóvel, o que motivou uma parceria com a Paróquia Cristo Rei, que muito contribuiu com a Administração” (Bernardi, 2018, p. 62).

a paróquia de Soledade. Ambas já **bem organizadas e avançadas espiritualmente** (Bernardi, 2018, p. 152, grifos nossos).

O que seria “organizada e avançada espiritualmente”, se não católica de acordo com os princípios estabelecidos pelo próprio autor, que se mantiveram da escrita de um livro para o outro? Se, para Bernardi, Marau “deve muito do seu desenvolvimento econômico e social e, sobretudo tem enorme dívida religiosa com a Ordem Capuchinha” (Bernardi, 2018, p. 160), é também na comparação do autor com o “Outro” que é possível perceber seu posicionamento acerca da religião:

Além da Igreja Católica, nos últimos anos, outras seitas religiosas vêm tomando corpo em Marau como é o caso das Igrejas Adventista, Batista, Igreja Evangélica dos Santos dos Últimos Dias e outras.

A disseminação de tantas crenças se deve, em grande parte, aos novos rumos que a Igreja vem adotando no Brasil e na América Latina. Muitos religiosos trocaram a Bíblia pelo Socialismo Marxista nessa sua ânsia de pregar a justiça social, extremamente falha no Terceiro Mundo. E os povos latino-americanos são muito religiosos e crentes nos resultados da oração. Desta forma, a população das periferias urbanas, onde se multiplicam as seitas, busca as práticas religiosas dos pregadores que prometem a cura espiritual e bem-estar físico através das preces; enquanto os católicos mais esclarecidos, que não se enquadram na classe proletária, buscam os movimentos leigos como o dos carismáticos, que também se voltam para a oração. Este fenômeno se verifica claramente igualmente em Marau. (Bernardi, 1992, p. 39)

Ao associar uma suposta mudança de ideologia da Igreja Católica à sua perda de seguidores entre as periferias da América Latina, Bernardi está associando religiosidade, classe social e etnia. O intrincamento desses elementos com a branquitude, na elaboração de complexas hierarquizações de privilégio dentro do próprio grupo branco, foi identificado tanto por Frankenberg (2004), quanto por Cardoso (2008), Bento (2022) e Schucman (2023).

É possível interpretar, então, a atitude de Bernardi em propagar um discurso que seja favorável ao sistema econômico vigente, como uma forma de se manter e aos seus em um local de poder dentro do capitalismo. É assim que, de forma não marcada, Bernardi vai desenhando o protagonista de sua narrativa: o católico “esclarecido” (ou seja, que não trocou “a Bíblia pelo Socialismo Marxista”), que não se enquadra na classe operária e assim não necessita se apegar a “seitas” (ou seja, que por sua condição social não depende de “justiça social” ou de pregadores para a sua cura espiritual e bem estar físico). O uso da palavra seitas, muitas vezes interpretada com carga pejorativa, bem como o equívoco em classificar a Igreja de Jesus Cristo dos Santos

dos Últimos Dias como evangélica, é uma generalização, por parte do autor, de religiões e práticas que não a católica, demonstrando que ele não faz questão de dar profundidade maior a crenças diferentes da sua própria.

É por estas linhas que se constitui o marauense ideal, sendo descrito com todas as palavras, menos “branco” - a que englobaria todas as características acima enumeradas. O medo do estrangeiro (nesse caso, o comunista), o catolicismo como valor civilizatório da branquitude e a identidade “italiana” marauense são marcas que compõem os domínios do que aqui estou querendo intitular colonialidade italiana. Mais ao final do livro, há um trecho que aglutina essas marcas. Ele está no capítulo “4: Prestação de serviços”, da Parte 2 do livro, em que Bernardi faz um panorama da prestação de serviços em Marau à época, e insere as igrejas e templos nesta categoria, afirmando que “todos os seguidores das crenças não católicas chegam a um número aproximado de mil fiéis que constituem em torno de duzentas famílias. Dados estatísticos comprovam que os seguidores desses credos são, na quase totalidade, migrantes de outros municípios.” (Bernardi, 1992, p. 128). De onde vêm tais dados estatísticos não sabemos, mas o uso pelo autor dessa linha de raciocínio, onde outras religiões só poderiam vir de outros migrantes que não os italianos, permite fazer uma conexão entre a colonialidade, e seus valores, e a identidade de descendência italiana em Marau. É assim que também do “estrangeiro” vêm as ameaças ao bem estar da população marauense:

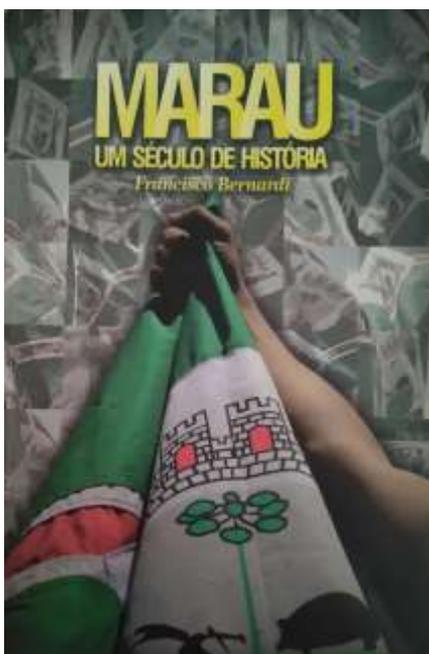
Segundo o Delegado Titular, o número de ocorrências vem aumentando, embora as aparentes condições de cidade pacata. Aponta três causas básicas: a vinda de forasteiros em função da rotatividade (sic) comercial e industrial existentes, a recessão econômica e o apoio dos pais aos menores delinquentes em razão da mentalidade de que não serão punidos pela Justiça. As ocorrências mais frequentes são os crimes contra o patrimônio praticados por elementos estranhos ao meio por menores residentes em Marau (Bernardi, 1992, p. 126)

Assim, nos trechos aqui destacados, pudemos identificar o medo do “Outro”, descrito por Bento (2002), na figura do “forasteiro” que vem depredar a cidade ou do migrante de outro município que vem trazer “seitas”, de forma que a branquitude é o ponto de vista a partir do qual Bernardi se vê e vê “aos outros e as ordens nacionais e globais” (Frankenberg, 2004, p. 312). Da maneira similar, a supervalorização por Bernardi de uma moral e costumes que lhes são caros, aponta que a branquitude serve, nessa narrativa sobre a história de Marau, como “um locus de elaboração de uma gama de práticas e identidades culturais, muitas vezes não marcadas e não denominadas, ou denominadas como nacionais ou ‘normativas’ em vez de especificamente raciais” (Frankenberg, 2004, p. 314).

As práticas e identidades culturais dizem respeito não apenas à forma como o catolicismo está profundamente arraigado na história contada por Bernardi, mas também a como o mesmo se relaciona à visão do imigrante ítalo-brasileiro como laborioso, e merecedor de sua classe social privilegiada. É a forma de trabalho praticada pelo marauense “italiano” e católico que é a valorizada. Veremos o quanto isso ainda se aprofunda no próximo livro, “Marau: um século de história”, no qual Bernardi, para escrever, se ancorou nos mesmos princípios e motivações que o “História de Marau”.

### 3.2 MARAU: UM SÉCULO DE HISTÓRIA

Figura 5 - Capa do livro "Marau: um século de história"



Fonte: Bernardi, 2018.

Publicado em 2018, “Marau: um século de história” conta com ficha técnica e ISBN, e a editora responsável foi a Berthier, com sede em Passo Fundo (RS). São 192 páginas, divididas em 15 capítulos, mais um prefácio e conclusão. Neste caso, conta com orelhas, a primeira escrita por Josué Frizon, uma saudação ao trabalho de pesquisa de Bernardi, e a segunda é uma biografia do autor, com foto. Na capa, vemos uma colagem com vários ângulos da bandeira de Marau ao fundo, e em primeiro plano um braço (de uma pessoa branca) levantando a mesma bandeira. De capa mole, tem o tamanho um pouco maior do que o “História de Marau”, mas ainda é um livro leve e de fácil manuseio. Ele também é dividido em duas partes, uma antes e outra depois da emancipação do município, da seguinte maneira:

Quadro 3 - Apresentação do livro "Marau: um século de história"

<b>Capítulo</b>	<b>Descrição</b>
Prefácio	Bernardi fala sobre o processo de escrita de seu primeiro livro, de 1992, para apresentar este que será uma “atualização” do que faltou no outro.
I Parte	
1. A terra	Descrição das características geomorfológicas do território, incluindo imagens coloridas, quadros, mapas e uma planta da cidade em seu início.
2. Vinda dos descendentes de europeus	Breve contextualização do processo de ocupação por imigrantes europeus no RS, acompanhada de descrição da ocupação do Tope, segundo o autor, primeira localidade habitada do então distrito.
3. Formação das comunidades rurais	Breve histórico de cada comunidade rural, divisão que ocorre a partir da chegada dos ítalo-brasileiros, contando com fotos coloridas de algumas construções desses locais.
4. Formação do 5º Distrito	Descrição da chegada dos primeiros ítalo-brasileiros à região de Marau, organizando as terras que antes seriam, segundo Bernardi, precariamente habitadas por caboclos. Conta com imagens, inclusive de uma carta de 1928 do presidente do estado Getúlio Vargas, solicitando a abertura de um posto dos correios na localidade.
5. Desenvolvimento do 5º Distrito	Fala sobre as atividades econômicas antes da emancipação de Marau, origens de seus primeiros comércios e indústrias.
6. Movimento Emancipacionista	Muito semelhante ao capítulo sobre a emancipação do livro anterior, conta com uma foto do Dr. Elpídio Fialho, um dos “grandes homens” da política da cidade.
II Parte	
1. Os três poderes	Dividido em: “1.1 Poderes executivo e Legislativo”, com a listagem e descrição de todas as gestões que o município teve, contando com fotos dos prefeitos, vices e vereadores; e “1.2 Poder Judiciário”, onde explica quais são as divisões do poder judiciário nos municípios e lista todos os juízes que ocuparam o cargo até então na Comarca de Marau.
2. Emancipações e novos distritos	Narra brevemente o processo de emancipação de 4 distritos de Marau que originaram novos municípios.
3. Cultura	Dividido em: “3.1 Manifestações culturais”; “3.2 Entidades e clubes sociais” e “3.3 Heráldica e símbolos de Marau”.

4. Educação	Semelhante à parte sobre educação do livro anterior, mas com mais histórias sobre as primeiras escolas e professoras/es.
5. Esporte	Conta histórias de times antigos de futebol da cidade e das comunidades rurais, além de falar de algumas academias de luta atuais.
6. Religião	Apresenta os dados do Censo 2010 sobre número de seguidores de diferentes credos em Marau. Depois, procede para contar a história da atuação dos Capuchinha no município desde o início do séc. XX, com fotos de igrejas e de alguns frades presentes na narrativa.
7. Economia	Semelhante ao capítulo “Desenvolvimento do 5º Distrito”, traz imagens de algumas das primeiras indústrias e comércios do município.
8. O salto industrial	Fala sobre as indústrias e brancos presentes na cidade naquele momento.
9. O Município hoje	Dividido em: “9.1 Dados gerais”, alguns dados do IBGE sobre a cidade; “9.2 O interior” e “9.3 A cidade”, que fala sobre a infraestrutura das duas regiões, de alguns de seus empreendimentos e do êxodo rural.
Conclusão	Retoma suas motivações e objetivos na escrita, além de agradecer aos colaboradores e patrocinadores do livro.

Fonte: elaborado pela autora.

Ao contrário do “História de Marau”, o “Um século de história” conta com lista de referências bibliográficas, sendo 4 dos 10 textos referenciados de autoria do próprio Bernardi. Há, entre a seção 1.1 e a seção 1.2, um encarte que não consta no sumário, intitulado “Arquitetura”, com fotos e descrições de construções da cidade. Seu texto explica que foi adicionado tardiamente devido ao insucesso do autor “com as últimas administrações municipais, junto a quem insistimos e nos pusemos à disposição, gratuitamente, para instituir o arquivo Histórico. Julgamos assim, preservar um pouco do acervo fotográfico que vem se perdendo com o tempo” (Bernardi, 2018, p. 87). Para além desta parte, o livro conta com mais imagens, muitas coloridas, poucas com a fonte referenciada.

Nesta narrativa atualizada de Bernardi, também há uma sessão descritiva de cada gestão da prefeitura, e a descrição do governo de José Santin mantém-se muito semelhante, embora mais resumida, afinal têm mais anos de história para contar na sequência. Assim, podemos inferir que essa forma de narrar a história, identificada com os traços apresentados por Donner

(2012), Dantas (2021), Seffner (1997) e Correa (2002), é uma constante na escrita de Bernardi. Principalmente porque ele não faz nenhuma menção que demonstre reflexão sobre os motivos pelos quais essa gestão em específico teria contratado a escrita de um livro sobre a história do município, para além do que está no próprio “História de Marau”.

Além da influência do poder político que se reflete nos livros, há a influência dos patrocinadores: na quarta capa, há um oferecimento do banco Sicredi: “Construímos juntos a nossa tradição. É motivo de orgulho pra Sicredi Aliança RS/SC ser parte da linda história de Marau. Um futuro ainda mais brilhante nos espera”. Essa espécie de anúncio condiz com um detalhe que está na dedicatória do livro, onde Bernardi cita, além da sua família, os “empresários patrocinadores da impressão, sem o não seria possível sua realização (sic)” (Bernardi, 2018, p. 5). O patrocínio para o livro se faz notar na diferença de tratamento dada ao Sicredi quando Bernardi fala dos bancos da cidade:

Para dar suporte à indústria, comércio, serviços, agropecuária, pessoas físicas existem nove agências bancárias. Três são estatais: BANRISUL, Banco do Brasil, Caixa Federal; duas, privadas: Bradesco e Itaú; quatro de bancos cooperativos: SICOOB e CRESOL, ambas instaladas em 2017 e duas do SICREDI: no centro e no bairro Santa Lúcia. Este banco está presente em 21 estados. Sua administração é regionalizada. Na nossa cidade foi fundada a Cooperativa SICREDI Aliança RS/SC e aqui é a sua sede. Está presente nas cidades da região e naquelas da Grande Florianópolis e arredores, num total de 28 municípios onde atende 42 mil associados. Para tanto, conta com 211 colaboradores. (Bernardi, 2018, p. 186)

Interpretamos, nessa conciliação entre patrocinadores e a escrita da história, uma das características do diletantismo de Bernardi. Se em seu primeiro livro são as influências da gestão da prefeitura da época que ficam evidentes, nesse segundo livro analisado são as influências de empresas e marcas. No regime da colonialidade, o poder econômico também é racial: “a branquitude é um construto ideológico do projeto modernista de colonização de êxito e, portanto, seria por definição um construto de poder. Isto é, ser branco não significa apenas se encontrar no poder de modo geral; ser branco é também ser poder” (Cardoso, 2008, p. 187). Entendemos, assim, que a posição de Bernardi frente a esses “mecenas” de seu trabalho é uma das marcas da branquitude do próprio autor, pois ele passa a partir disso a representar visões hegemônicas da história que são, via de regra, brancas.

É por esse caminho que seguem mais algumas das continuidades entre os dois livros aqui analisados, como o caso da religião. Após 26 anos (1992-2018), o trecho sobre a diferença entre a religiosidade “brasileira” e a de descendentes de italianos se manteve o mesmo:

Ao contrário do brasileiro, que era avesso à religião e a frequência às igrejas - como afirmava o senhor Gabriel Reveilleau - os descendentes de italianos eram muito religiosos. Por esta razão, onde se situa a Igreja Matriz Cristo Redentor, em 1909, já existia um capitel, ou seja, uma igrejinha de quatro metros por quatro. Erigida com tábuas lascadas à mão e com enormes frestas entre uma tábua e outra. O santo da devoção intronizado (sic) foi Santo Antônio de Pádua. (Bernardi, 2018, p. 150)

Crítérios acadêmicos acerca de autoplágio à parte, o fato de o autor optar por aproveitar o material de sua primeira pesquisa sem ressignificá-lo aponta para uma permanência de sua visão a respeito do valor intrínseco da religiosidade católica presente na comunidade ítalo-brasileira descrita. Segundo Bernardi, “Na chegada dos primeiros descendentes de italianos, a religião Católica era única (sic) professada, inicialmente na Colônia, após no Distrito e até a emancipação. Outros credos começam a surgir na cidade por volta de 1950 com a penetração das igrejas evangélicas” (Bernardi, 2018, p. 149). Com essa narrativa, ele invisibiliza a presença anterior de religiosidades outras, e novamente foca na relação entre catolicismo, colonização e civilização.

A própria interpretação de Bernardi sobre a escrita da história, manifestada no prefácio do livro, aponta a religião como um dos pilares comunitários a serem preservados: “A evolução histórica de uma comunidade, seu desenvolvimento social, cultural, político, econômico, os costumes e valores, **bem como a religiosidade**, a educação precisam ser preservados. Isto apenas ocorre se tudo for registrado para as gerações futuras” (Bernardi, 2018, p. 7, grifos nossos). A religião se encontra dentro dessa lista de coisas que, para o autor, historicamente vão “evoluindo”, se “desenvolvendo”. Existe uma associação, nesses livros sobre a história de Marau, entre a necessidade de preservar determinados aspectos da memória e identidade de uma comunidade, e a mentalidade de que a história da humanidade está em constante evolução. Essa mentalidade permite que haja uma hierarquização entre os indígenas ou caboclos “primitivos” que habitavam o território onde hoje é Marau, e os “serranos” (termo usado pelo autor, se referindo aos descendentes de italianos) que chegaram depois, trazendo o desenvolvimento propriamente dito. É um discurso muito semelhante ao que Dantas identificou nas obras de Celestino Alves, o que mais uma vez localiza Bernardi em um contexto de

produção historiográfica diletante que não é completamente independente, por mais que em um primeiro contato não pareça haver diálogo com outras obras semelhantes (Dantas, 2021, p. 50).

A ideia de desenvolvimento e evolução aparece de muitas formas ao longo do “Marau, um século de história”. Dentro do capítulo 3: “Formação das comunidades rurais”, por exemplo, há o trecho:

Essas localidades, que hoje formam o interior de Marau, eram habitadas por caboclos e por alguns portugueses, que foram vendendo suas propriedades, devidamente escrituradas, aos migrantes serranos. Evidentemente que esses primitivos habitantes não se agrupavam em comunidades. Elas surgem com a chegada dos agricultores descendentes de italianos (...) (Bernardi, 2018, p. 20).

Por mais que o uso do termo “primitivo” aqui não necessariamente seja no sentido de “atrasado”, mas sim de “anterior”, “antigo”, a construção desse discurso perpetua uma ideia de que sim, “evidentemente”, caboclos e portugueses em nada contribuíram para a construção da comunidade marauense, senão com a venda de suas terras, que os idôneos serranos adquiriram dentro da lei, uma vez que estavam “devidamente escrituradas”. Atentando-nos ao caráter relacional da branquitude (Frankenberg, 2004), vemos aqui uma hierarquia entre nacionalidades como a apontada por Cardoso (2008). Se estamos interpretando o discurso de Bernardi como um que associa trabalho, desenvolvimento, cultura e civilização à branquitude, abre-se a interpretação de que, para ele, os italianos são mais brancos que os portugueses, e o branqueamento é um valor a ser alcançado (Bento, 2002).

No capítulo 3, há mais uma relação entre desenvolvimento e catolicismo: Bernardi classifica como marco inicial destas comunidades rurais a construção de uma igreja, ou, na maioria dos casos, um capitel. No caso da localidade de Nova Esperança, “somente em 1955 foi que a comunidade se concretizou, com **a construção de um oratório**” (Bernardi, 2018, p. 26, grifos nossos). A de São Francisco “surgiu por volta de 1937, quando Argemiro Ambros doou uma área de terra para a construção da sede. A primeira edificação foi uma escola, que serviria simultaneamente como salão comunitário **e igreja**” (Bernardi, 2018, p. 32, grifos nossos). Já São José dos Rizzi “começa a se organizar como **capela** entre 1908 e 1910; das primeiras, portanto” (Bernardi, 2018, p. 33, grifos meus). É assim que, para o autor, na maior parte das vezes, a comunidade se inicia apenas com a chegada de descendentes de italianos<sup>16</sup>,

---

<sup>16</sup> Por vezes a simples chegada dos ítalo-brasileiros é o suficiente para declarar o início da comunidade, como no caso de São Pedro da Boa Vista: “No início do século XX havia, nas cercanias um contingente de descendentes de lusitanos. Por volta de 1920, começaram a comprar terras Pedro Segalla, José Forchesatto, Virgílio Savi,

pois são eles que constroem esses templos. E é assim que discursivamente se legitima a propriedade da terra através do progresso, representado pelo trabalho e pela religião. Da mesma forma se legitima o processo de branqueamento nessa região do Brasil, alicerçado em elementos muito semelhantes aos identificados por Bento (2002): medo do estrangeiro, dogmas católicos e a conquista da terra.

A forma de Bernardi interpretar a história da cidade não é por si a causa do desenho que adquire a branquitude marauense, mas é, sim, um reflexo dos processos do que pode ser intitulado colonialidade italiana, visto que vêm das pretensões desses descendentes de italianos em “se construírem como cultura hegemônica, procurando invisibilizar e inviabilizar a presença de outros grupos étnico-raciais” (Backes; Backes, 2019, p. 969). Não é porque Bernardi afirma que a comunidade só existe quando surge uma igreja que ele está sendo necessariamente proselitista, mas o fato de essa relação entre os acontecimentos ser materializada em sua escrita, e ser reproduzida por outros, cimenta ainda mais a visão brancocêntrica e colonial da formação desse pedaço de Brasil. Estes livros, e seu autor, estão inseridos em um contexto que construiu tal discurso para além da escrita da História, mas que é retroalimentado por ela.

No prefácio de “Marau, um século de história”, quando conta da trajetória de suas pesquisas para o “História de Marau, uma comunidade laboriosa”, Bernardi confirma minha memória de infância, de no final dos anos 2000 ter ouvido a “lenda” do cacique Marau sendo contada pela minha professora na aula de história do 4º ano:

Foi gratificante uma vez que [o História de Marau] passou a ser fundamental fonte de referência para professores de undocência ao ministrar aulas de História do Município na quarta série do Fundamental, como ouvimos em depoimento recente de uma professora, referência que a diretora do estabelecimento recomendava. Embora reconheçamos que isto se devia à provável falta de outras fontes. (Bernardi, 2018, p. 8)

Pode-se dizer, então, que além de uma colonialidade do poder dos descendentes de italianos em Marau, há também uma colonialidade do saber (Lander, 2005). Pois a história do município contada nas escolas é mais um elemento que forja a legitimação da posse das terras por esses descendentes. Não foram eles que guerrearam contra os indígenas: apenas compraram as terras, já esvaziadas de nativos pelos luso-brasileiros. Sua ocupação da terra é legitimada por esse discurso pois foi concretizada através da construção de igrejas e escolas (mas

---

Eugênio Volpato, dando início à comunidade” (Bernardi, 2018, p. 37). Note como os nomes citados são todos masculinos e sobrenomes de origem italiana.

principalmente igrejas) em suas comunidades. E marcas dessa narrativa se estendem desde o primeiro livro escrito sobre a história de Marau até os trabalhos de conclusão de curso de diferentes áreas que abordam de alguma forma a história do município.

Os dois livros até aqui analisados têm muitas continuidades nesse sentido, além de estruturas semelhantes, de divisão de capítulos e até mesmo de texto e conteúdo, como foi possível perceber. Mas, depois de 2018, parece que Bernardi resolveu mudar um pouco de abordagem, escrevendo um livro focado não em grandes fatos e nomes, mas em pessoas “comuns”<sup>17</sup>. Entretanto, ele escolheu dividir as pessoas comuns por etnias: o livro se chama “Construtores de Marau: as etnias que formaram a nossa terra”. Ainda no “Marau: Um século de história”, pudemos ter algumas incursões na visão de Bernardi sobre etnia:

O território, em 1900, pertencia quase que totalmente ao então município de Passo Fundo. Era habitado por alguns descendentes de portugueses e por muitos caboclos, além de alguns poucos espanhóis, franceses, alemães. Havia já um pequeno povoado, o Tope, distante 28 quilômetros da atual cidade de Marau. Por ser uma das rotas regionais que ligavam o Vale do Taquari ao Planalto Médio, as famílias lá estabelecidas eram bastante ecléticas. Tanto é que existem registros dos Reveilleau e Aguirre, franceses; Sturn, Schell e Kratz, alemães; Sevignone, italiano. Os alemães estabeleceram-se por volta de 1847; já Alexandre Reveilleau chegou à região em 1863. A partir de 1912, quando o Governo criou a colônia de Marau, passou a expedir títulos de propriedade rural aos que já ocupavam glebas na região.

O atual perímetro urbano de Marau era habitado por Antônio Cândido de Oliveira Vilela, de origem lusitana, que aqui aportou entre 1870 e 1880, fixando residência entre os atuais bairros São Cristóvão e Santa Rita. Mas havia ainda uma porção de caboclos como Antônio Amaral, na saída para Vila Maria, ao lado da ponte sobre o rio Marau; Jerônimo Barbosa, no loteamento Conforto; Vítor Barbosa, além do Passo do Rio Marau (atuais vilas Fátima, Primavera e loteamento Casulo; Pedro Bandeira, na vila Borges, Inácio Roberto no antigo Passo do Mistura (Linha Anita Garibaldi). (Bernardi, 2018, p. 14-15)

Nesse trecho, vemos que etnia, nesse caso expressa a partir da nacionalidade (com exceção da categoria “caboclos”, na qual adentraremos mais a fundo na análise do próximo livro) já era de bastante importância para o autor antes da ideia para um livro sobre isso. Ele faz questão de apontar para a variedade de nacionalidades que existiam na região do que veio a se tornar Marau. É uma forma de construir um raciocínio no qual Marau propriamente dito só

---

<sup>17</sup> Em vídeo de divulgação de “Construtores de Marau”, Bernardi fala que sua motivação para essa escrita veio da intenção de falar mais diretamente das pessoas que participaram da história. Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=553805172464800>. Acesso em: 25 jun. 2024.

passa a existir quando da prevalência de habitantes descendentes de italianos, os portadores da branquitude ideal. Veremos, a seguir, de que maneiras esse discurso se modula para encaixar no novo formato escolhido pelo autor.

### 3.3 CONSTRUTORES DE MARAU: AS ETNIAS QUE FORMARAM A NOSSA TERRA

Em “Construtores de Marau: as etnias que formaram a nossa terra”, o último livro lançado por Bernardi e o último a ser analisado neste trabalho, não há a mesma divisão cronológica da história de Marau: ele é dividido entre as histórias de cada uma das ditas etnias construtoras da cidade. Assim, o marco que separa a primeira parte da segunda não é a emancipação do município, mas sim a separação entre o fluxo migratório que ocorreu no início do século XX e o que ocorreu no início do século XXI. A escolha de estruturar o livro dando um capítulo para cada etnia permitiu uma expansão do conteúdo para além da história dos descendentes de imigrantes italianos, por mais que, no capítulo dedicado a eles, muito dos livros anteriores tenha se repetido.

Figura 6 - Capa do livro "Construtores de Marau: as etnias que formaram a nossa terra"



Fonte: Bernardi, 2022.

Publicado em 2022, é um volume de capa mole, maior em largura que os outros dois. Seu formato, o tipo de papel e a quantidade de imagens remetem aos de uma revista ou almanaque. Também conta com ficha técnica e ISBN, tendo sido publicado pela editora Berthier, de Passo Fundo. Dividido em 14 capítulos, soma um total de 140 páginas:

Quadro 4 - Apresentação do livro "Construtores de Marau"

<b>Capítulo</b>	<b>Descrição</b>
Apresentação	Escrita por Josué Frizon, defende a legitimidade de Bernardi como historiador marauense.
Nota prévia	Panorama geral do autor sobre o que será apresentado no livro, no qual ele justifica sua ênfase na história dos ítalo-brasileiros por estes serem um grupo majoritário na formação da cidade.
Italianos	Extensa descrição do modo de vida, principalmente na zona rural, dos descendentes de italianos no geral, com alguns personagens marauenses.
Alemães	Extensa descrição do modo de vida, principalmente na zona rural, dos descendentes de alemães no geral, com alguns personagens marauenses.
Poloneses	Descrição do modo de vida de poloneses, mas que não são necessariamente dos descendentes de poloneses em Marau, pois o próprio capítulo diz que essa identidade “se perdeu” na cidade.
Portugueses	Descrição da vivência de descendentes de portugueses, nesse caso com histórias de marauenses mesmo.
Caboclos	Descrição do modo de vida de quem o autor chama de caboclos. Capítulo com forte carga racista.
Sírio-libaneses	Capítulo que mistura descrição de conflitos no oriente médio, tradições católicas maronitas e culinária. Fala mais sobre a migração sírio-libanesa para o Brasil no geral do que especificamente para Marau.
Franceses	Fala um pouco sobre a história da França, e os descendentes de franceses em Marau são identificados apenas pelo sobrenome, pois, como os poloneses, teriam tido a sua cultura “diluída”.
Japoneses	Fala um pouco sobre a história do Japão, sobre tradições japonesas pelo Brasil, como a culinária, e de algumas famílias marauenses de ascendência japonesa.
Atual fluxo migratório	Introdução sobre os motivos que levam pessoas a migrar no século XIX.
Senegaleses	Fala sobre a jornada de migração do Senegal para o Brasil, a recepção no país e especificamente em Marau, e explica como funciona o Islã (primeira religião que não o catolicismo que é descrita com atenção).

Haitianos	Fala sobre os problemas do Haiti para explicar as motivações dos haitianos para emigrar de seu país, a jornada para o Brasil, a recepção no país e seu modo de vida em Marau.
Venezuelanos	Fala sobre os problemas da Venezuela para explicar as motivações dos venezuelanos para emigrar de seu país, a jornada para o Brasil, a recepção no país e seu modo de vida em Marau.
Cubanos	Fala sobre os problemas de Cuba para explicar as motivações dos cubanos para emigrar de seu país, a jornada para o Brasil, a recepção no país e seu modo de vida em Marau.
Conclusão	Faz um apanhado geral do livro, retomando a preponderância dos ítalo-brasileiros nessa história do município.

Fonte: elaborado pela autora

Cada um dos capítulos traz fotografias coloridas em todas as suas páginas, e cada etnia é representada por uma mulher e um homem marauenses entrevistados pelo autor. Segundo ele,

a seleção de uma mulher e de um homem representando cada povo foi aleatória. Precisamos salientar que, a partir da miscigenação com os casamentos entre representantes de dois grupos, que inicia na segunda metade do século XX, poderá parecer incorreta. De qualquer forma, guiamo-nos pelo sobrenome que a pessoa leva de nascença, identificando-a com este ou aquele grupo, mesmo que o nome de um dos genitores se identifique com outro povo. (Bernardi, 2022, p. 138)

Figura 7 - Representantes escolhidos por Bernardi para representar as etnias italiana, "cabocla" e haitiana, respectivamente



Imagens de representantes de italianos (p. 15), caboclos (p. 82) e haitianos (p. 114), para ilustrar a forma com Bernardi retrata seus personagens. Veremos na análise que significados podem ser interpretados comparando as diferentes descrições. Fonte: Bernardi, 2022.

O projeto gráfico da capa é bastante emblemático: são fotos dos rostos de marauenses entrevistados/as para compor o livro, de diferentes etnias, como aparece no próprio título. Na quarta capa, com as mesmas fotos de fundo, encontra-se em primeiro plano a bandeira de Marau circundada pelas bandeiras dos países no livro mencionados, além de uma bandeira do estado do Rio Grande do Sul.

Figura 8 - Quarta-capa de "Construtores de Marau"



Fonte: Bernardi, 2022.

No texto da quarta capa, vemos as mesmas motivações presentes nos outros dois livros:

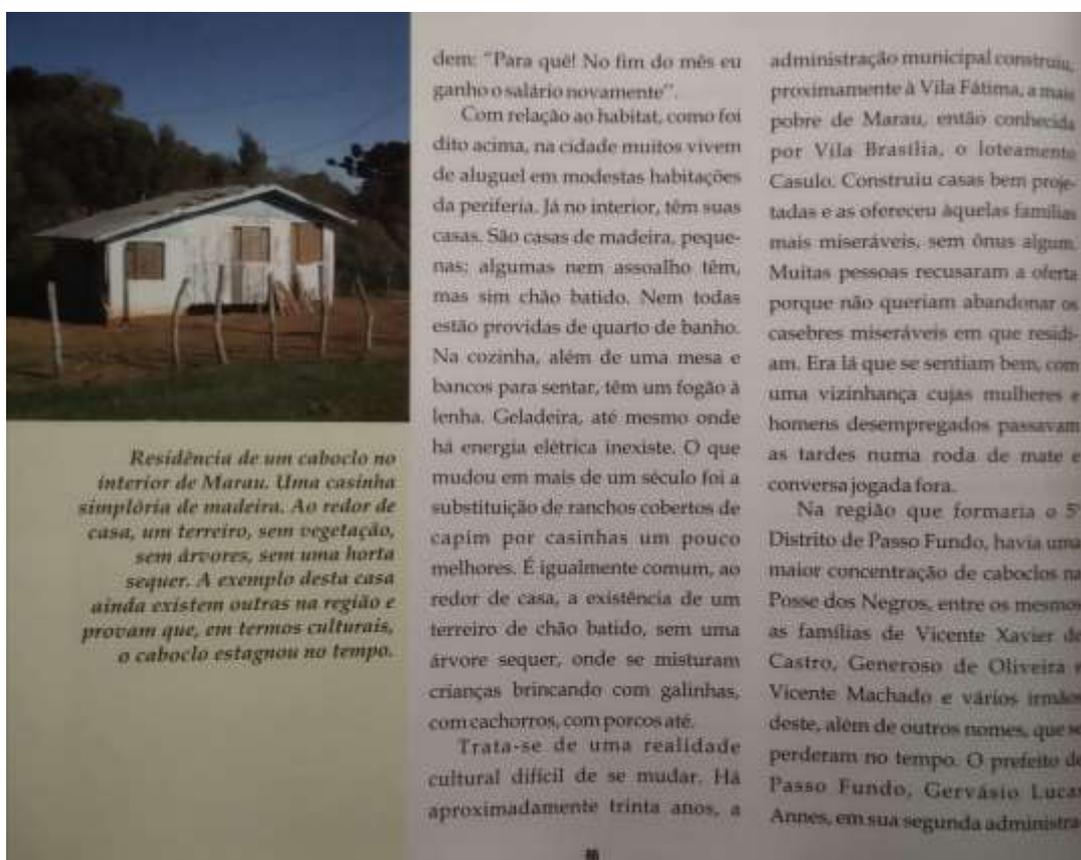
Esta obra busca o resgate do *modus vivendi* dos ancestrais que pavimentaram o caminho que as descendências marauenses vêm trilhando. Busca, assim, legar às novas gerações o testamento de seus antecessores. Visa ainda à possibilidade de reconstruírem a própria identidade. Lembrando sempre que um povo sem memória é um povo sem futuro. (Bernardi, 2022, grifos no original)

É possível perceber, então, que mesmo que este livro siga um modelo diferenciado, a visão de Bernardi sobre a serventia da história permanece a mesma. Isso explica como, mesmo tentando trazer uma visão positiva sobre cada um dos povos abordados, ainda é possível perceber a percepção do autor presente em “Um século de história”:

Nesse mesmo período de 2005 a 2015, em razão do grande desenvolvimento, principalmente industrial; mas igualmente da construção civil, houve também um acentuado crescimento populacional. Um contingente de migrantes estrangeiros, principalmente haitianos e senegaleses, atualmente se estima que sejam aproximadamente meio milhão, veio em busca de emprego. O freio na produção industrial e automação no setor da construção civil deixaram um grande número de migrantes sem emprego a partir de 2015. Uma vez que não têm condições econômicas para retornar aos países de origem e porque são assistidos por instituições locais, permanecem aqui, mesmo desempregados. (Bernardi, 2018, p. 184)

Os imigrantes haitianos e senegaleses não colaborariam para o desenvolvimento de Marau: apenas ficariam na cidade sendo “assistidos por instituições locais”. É assim que “Construtores de Marau”, mesmo com as melhores intenções, cai em muitas armadilhas, especialmente no que diz respeito à miragem da branquitude não-marcada (Frankenberg, 2004), como veremos em trechos dos capítulos sobre as etnias brancas europeias. Entretanto, iniciaremos a análise partindo do elemento relacional da branquitude: as categorias que formulam a identidade branca se estabelecem na oposição às categorias consideradas não brancas. Para Bernardi, os grandes representantes de tudo que a branquitude não é são os caboclos. O capítulo em que isso mais se expressa, “Caboclos”, é abertamente racista, como é possível perceber no tom ao qual se refere às diferenças da forma de vida destes com a dos descendentes de imigrantes europeus:

Figura 9 - Página do "Construtores de Marau" que retrata a residência de um "caboclo"



Fonte: Bernardi, 2022, p. 86.

Na foto, do diálogo do texto com a imagem, podemos extrair muitos elementos do discurso de Bernardi sobre esta etnia: o terreiro “sem vegetação, sem árvores, sem uma horta sequer”, apontando apenas para as ausências, e as ausências de coisas já descritas anteriormente no livro como presentes nas casas de descendentes de europeus:

Figura 10 - Páginas do "Construtores de Marau" que retratam residências de brancos



Nas imagens, respectivamente das páginas 32, 52 e 68, vemos a forma que Bernardi retrata positivamente as habitações brancas. Fonte: Bernardi, 2022.

Nas três imagens, nenhuma das fotos é de Marau: para os descendentes de europeus, o autor priorizou mostrar as arquiteturas de acordo com as nacionalidades que ele julga estarem presentes em Marau de acordo com o sobrenome de seus entrevistados, mesmo que essas arquiteturas não representem necessariamente a realidade em Marau. Já aos caboclos, coube o tratamento de “habitat” (é a única etnia para a qual o autor usa esse termo) às suas moradias, bem como a descrição de “crianças brincando com galinhas, com cachorros, com porcos até”, animalizando essas pessoas. Nada impediu que crianças brancas brincassem com galinhas, cachorros e porcos no pátio das casas de descendentes de europeus, afinal nos três livros a

presença desses animais foi descrita na convivência das famílias. Entretanto, em nenhum momento Bernardi optou por descrevê-las dessa maneira, ou chamar sua moradia de “habitat”.

O caboclo, afinal, é o escolhido para ser o grande Outro dessa narrativa, aquele que é usado como a referência negativa, para na dualidade da racialização positivar a identidade branca. Assim, seguindo nos elementos presentes na página 86 de “Construtores de Marau”, o caboclo “estagnado no tempo” não aceita nem a ajuda oferecida pelo poder público (ocupado pelos abnegados brancos descendentes de italianos), visto a sua natureza ociosa e avessa ao trabalho. A negação em aceitar habitações próximas ao bairro “mais pobre de Marau”, é vista como ingratidão de “mulheres e homens desempregados que passavam as tardes numa roda de mate e conversa jogada fora”. Marcio Antônio Both da Silva, historiador branco, aponta para o enraizamento de significados negativos associados ao conceito de caboclo ao longo de toda a formação do Brasil contemporâneo, inclusive na relação de colonos europeus não ibéricos com nativos do Rio Grande do Sul (Silva, 2014). Desde legislações acerca de conflitos de luso-brasileiros com indígenas no século XVIII até o Jeca Tatu de Monteiro Lobato, no século XX, a palavra caboclo costuma ser empregada por diversos autores como sinônimo de alguém “que não trabalha, que é analfabeto e cachaceiro, sifilítico e opilado, que não educa seus filhos e não pensa no dia de amanhã” (Silva, 2014, p. 344). Esse simples vocábulo carrega em si muitas das disputas acerca de raça no Brasil, inclusive no que diz respeito à branquitude e ao branqueamento. Ao empregar tal palavra *junto* de toda carga negativa que vem com ela, Bernardi está se inserindo em um espaço já existente do pensamento racial (e racista) brasileiro, mostrando, mais uma vez, que seu discurso está carregado de marcas da branquitude, tanto sua enquanto indivíduo, quanto a do lugar no qual se insere enquanto professor, pesquisador e marauense.

Quão irônico não é quando, mais à frente no capítulo sobre caboclos, está escrito que “aliás, uma das características dos ítalo-brasileiros era o racismo detestando as pessoas de cor parda ou negra” (2022, p. 87). O uso do verbo no pretérito perfeito, como se essa característica não pertencesse mais aos ítalo-brasileiros, dá a entender que esse grupo não seria mais racista, que esse traço cultural teria se perdido. Entretanto, isso não está descrito no capítulo dedicado aos brancos italianos, e sim, no capítulo dedicado aos brasileiros de pele parda ou negra. Mais uma marca da branquitude, identificada tanto por Cida Bento (2023) quanto por Lourenço Cardoso (2008), onde o racismo só é lembrado quando se trata de quem com ele sofre, enquanto que a não-racialização do branco permite que ele esteja isento de qualquer responsabilidade sobre o racismo. E os caboclos são a única etnia, de todos os três livros do autor lidos para esse trabalho, com as características físicas descritas, sendo racializados logo no início do capítulo:

“Surgiu da miscigenação do branco com o índio. (...) Daí advém alguns traços que o caracterizam: pele achocolatada, cabelo liso e preto, estatura mediana” (2022, p. 82).

Por todo esse capítulo, encontramos elementos discursivos da colonialidade italiana que foram identificados no “Um século de história” e no “História de Marau”, como a educação como um valor da civilidade e, portanto, passaporte para a propriedade:

Da união entre índios e portugueses, surgiu esse tipo miscigenado estabelecendo-se na metade norte do Estado, ainda despovoada. Suas habitações eram muito rudimentares, às vezes próximas das ocas indígenas. **Não frequentavam escola, mesmo porque não havia.** Cultivavam pequenas propriedades **em terras da União, tornando-se posseiros**, e criavam alguns animais: galinhas, porcos. Mantinham-se dessa cultura de subsistência.

Na região de Marau, antecederam os portugueses. A partir do século XX, à medida em que outros povos vinham chegando à região, muitos venderam suas propriedades aos imigrantes serranos e se retiraram. **Como eram posseiros, até hoje existem colonos italianos que ainda não têm suas terras escrituradas**, segundo depoimento do tabelião de registro de imóveis de nossa cidade (Bernardi, 2022, p. 83, grifos nossos).

Nos trechos destacados, convém ao autor mencionar que, na realidade, nem todas as famílias italianas têm suas terras dentro da lei, mas essa menção acontece apenas no momento de diminuir a legitimidade da presença “cabocla” quando da chegada dos ditos serranos. Se estas pessoas estavam nas terras, mas não tinham a intenção ou o brio de desenvolvê-la, a partir da agricultura, do comércio, da indústria, da educação ou da religião “corretos”, cabia aos descendentes de italianos fazê-los. Isso fica nítido no trecho que conta um pouco da história da localidade marauense Posse da Boa Vista:

Na região que formaria o 5º Distrito de Passo Fundo, havia uma maior concentração de caboclos na Posse dos Negros, entre os mesmos as famílias de Vicente Xavier de Castro, Generoso de Oliveira e Vicente Machado e vários irmãos deste, além de outros nomes, que se perderam no tempo. O prefeito de Passo Fundo, Gervásio Lucas Annes, em sua segunda administração (1908-1912) adquiriu as propriedades desses caboclos, 480 ha aproximadamente, e as revendeu a agricultores de origem italiana que, a partir de 1914 se organizaram em comunidade. O prefeito quis alojar nessa área, relativamente vasta, famílias dispostas a produzir mais abundantemente na agricultura. Na emancipação de Marau em 1954, o topônimo, Posse dos Negros, foi substituído por Posse Boa Vista. Os negros, na realidade de cor escura, nada mais eram que caboclos (Bernardi, 2022, p. 87)<sup>18</sup>

---

<sup>18</sup> A história da Posse dos Negros também é narrada no “Marau, um século de história”, e se mostra emblemática para questionar o discurso da suposta ausência ou presença pouco significativa de pessoas negras no território

Essa ideia de que os italianos trariam progresso, enquanto os caboclos significariam estagnação, não é original de Bernardi. Marcio Silva também a identificou em sua pesquisa sobre os caboclos, apontando que, nas relações de classe no Brasil, a compreensão da realidade vinha de uma

oposição civilização/barbárie que, por seu turno, levava à identificação de um segundo par daí derivado, progresso/atraso que, por sua vez, conduziu a reflexões sobre uma terceira oposição elite/povo. O povo brasileiro, visto por suas elites, aproximava-se do atraso e da barbárie, enquanto que o que se tinha em vista era alcançar o progresso e a civilização. (Silva, 2014, p. 343)

Pela chave dos estudos críticos da branquitude, a civilização, o progresso e a elite são brancos. É assim que processos de expulsão de caboclos para que os italianos possam comprar as terras é narrada com muita naturalidade, e até mesmo valorizada, por Bernardi, visto que significariam o fim da “barbárie” e do “atraso”. Esse discurso aparece ainda no “Marau: Um século de História”, onde, ao descrever as origens da localidade de Veado Pardo, Bernardi conta:

Os primeiros moradores como Sebastião de Abreu, Narciso de Ramos, Sebastião Antunes de Oliveira, todos caboclos, eram posseiros. Entre 1930 e 1940, Dantão Rosauero, teria expulsado esses posseiros, que viviam em habitações de tábuas lascadas e cobertas de capim santa-fé. Naquela época, Pio Bianchini, Arlindo Piram e Orestes Cortez foram os primeiros a adquirir glebas e se estabelecer na comunidade. (Bernardi, 2018, p. 42)

Nesse caso, construir com tábuas lascadas não é motivo de orgulho, e sim de desleixo para com a propriedade. Com esse trecho, fica nítido o protagonismo de sobrenomes italianos que vão se impondo sobre os sobrenomes “brasileiros”, “caboclos” ou lusos, na dualidade de um lado que representa o progresso e outro que representa o atraso.

Ainda no “História de Marau, uma comunidade laboriosa”, em seu capítulo sobre a agricultura, Bernardi afirma que “a atividade agrícola em Marau inicia na primeira década do século XX, com a chegada dos primeiros descendentes dos imigrantes italianos” (Bernardi, 1992, p. 76). Em uma frase, é apagada toda a presença e trabalho anterior de quem estava naquelas terras, mesmo que nelas também tenha sido praticada a agricultura. Mas, por algum motivo, não é a agricultura considerada válida por Bernardi, pois, para ele, os caboclos que

---

onde hoje é Marau. A invisibilização dessa presença é palpável na troca do nome de Posse dos Negros para Posse da Boa Vista. Um aprofundamento das buscas sobre a presença negra na história de Marau não coube no escopo desse trabalho, mas se faz necessário.

continuaram vivendo em Marau após a chegada dos colonos italianos, “a quase totalidade, e que labutava no meio agrícola, manteve aquele padrão de vida, marcado pela pobreza e pela falta de iniciativa tanto para estudar quanto para o progresso” (Bernardi, 2022, p. 84). Estando esse trecho em seu último livro, é possível perceber como seu discurso pouco se alterou ao longo dos anos.

Nesse discurso mantido por toda a obra do autor, é possível identificar uma faceta prática da relação de um diletante com a leitura e escrita da história: para Bernardi, o progresso é maior e mais forte do que qualquer povo, sendo o movimento da história linear, evolutivo e necessário. A ocupação da terra para a agricultura, e posterior industrialização, deveria acontecer de qualquer jeito, pois era a missão civilizadora que se apresentava para o país. Nesse contexto, foram os italianos que acabaram assumindo o papel de protagonistas dessa história, enquanto os caboclos ficaram para trás, vítimas da própria letargia. Assim, não se pode culpar pela imposição de uma cultura, religião e modo de vida nesse território, pois, como povo, os italianos estavam apenas cumprindo a sua parte na ordem natural das coisas. Da mesma forma, não há porque proteger ou retratar os povos que se “retiraram”, ou que “absorveram” a cultura ítalo-brasileira, pois eles perderam o trem do progresso e agora devem acompanhá-lo sob a liderança, ou o domínio, de quem conseguiu embarcar. Essa é uma forte marca do pacto narcísico da branquitude (Bento, 2022), graças ao qual nenhum privilégio branco pode ser considerado opressivo, e nenhuma reparação pela exploração por parte dos brancos deve ser demandada.

É mais ou menos nesse sentido que segue a narrativa sobre os imigrantes mais recentes que aparecem no “Construtores de Marau”. Bernardi disfarça seu posicionamento a favor da branquitude hegemônica na preocupação em retratar positivamente outras etnias que não as italianas, e em valorizar a pluralidade de povos que existem em Marau. Ele defende que a comunidade marauense e o poder público deveriam integrar mais as culturas de imigrantes como os do Haiti, do Senegal, da Venezuela e de Cuba, em sua maioria não brancos, inclusive sugerindo que se faça uma “Festa das Nações”, para além dos festivais de cultura italiana já existentes no município. Entretanto, a forma como ele fala destes povos e países em comparação com os descendentes de imigrantes italianos demonstra uma visão que segue muito centrada nos valores da branquitude. No capítulo “Fluxo Migratório Atual”, Bernardi explica que a industrialização de Marau no final do século XX fez com que houvesse uma escassez de mão de obra, e,

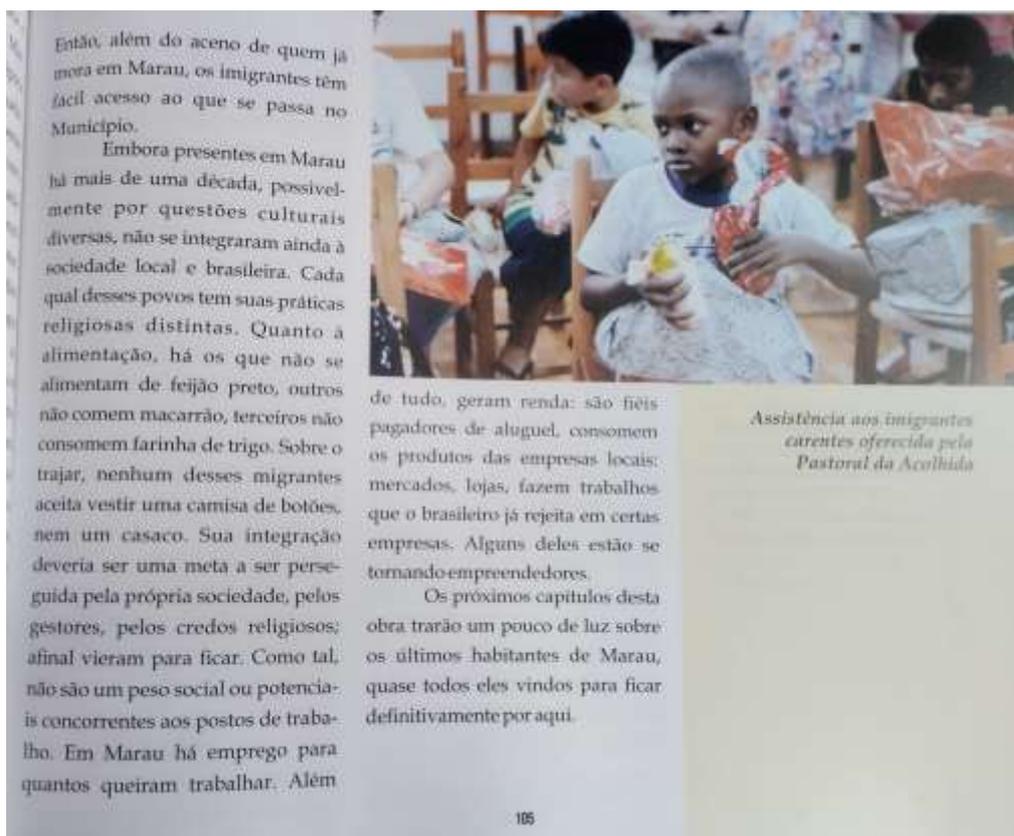
simultaneamente a isto, na virada para o século XXI, nações assoladas por conflitos bélicos ou em consequência da pobreza extrema ou ainda atingidas por desastres climáticos, viram grandes contingentes populacionais obrigar-se a emigrar. Estes fatos atingiram, entre outros povos, os senegaleses, que saíram em busca de trabalho. Já em 2010, um terremoto devastou boa parte do Haiti, o país mais pobre da América Latina. Enquanto, ao longo da mesma década de 2010, a ascensão ao poder de Nicolas Maduro na Venezuela, através da completa estatização da economia fez mergulhar a população no grau de pobreza extrema. Enquanto isso, em Cuba, onde a população também é mal alimentada e não há emprego, com a troca de poder entre os irmãos Castro, houve a promulgação de uma lei que autoriza os cidadãos a sair do país (2022, p. 103).

Ele retoma sua visão anticomunista e classista, expressa já no “História de Marau”, para, baseado em falácias e distorções cognitivas, retratar negativamente países do sul global. Mesmo descrevendo as práticas religiosas diversas vindas com os imigrantes do século XXI, Bernardi segue trazendo a religião católica como central em todos os grupos étnicos. Para os chegados mais recentemente, muitos deles muçulmanos ou protestantes, essa centralidade na narrativa do autor se dá através da Pastoral da Acolhida, órgão da igreja católica ao qual Bernardi repetidamente se refere, destacando que, sem fins lucrativos e vivendo de doações da sociedade civil, presta assistência aos imigrantes com cestas básicas, eletrodomésticos, organização de documentos brasileiros e aulas de língua portuguesa. Por mais que ele elucide que essa Pastoral não tem nenhuma intenção de converter seus assistidos ao catolicismo<sup>19</sup>, é mais um protagonismo dado à Igreja Católica em sua narrativa.

---

<sup>19</sup> Ao contrário da assistência prestada por outras religiões, ele faz questão de apontar no capítulo sobre os venezuelanos: “Sobre a religião, é um povo quase que exclusivamente católico (...). Entretanto, como a assistência que recebem ao ingressar no Brasil vem da Polícia Federal e da Igreja Evangélica Adventista do Sétimo Dia, um grande número deles se tornou evangélico, mesmo que aqui em nossa cidade sejam assistidos pela Igreja Católica através da Pastoral da Acolhida ao Imigrante. (...) Como a assistência recebida durante o ingresso no Brasil partiu de uma igreja evangélica e que, além do auxílio material fez também doutrinação, é compreensível essa mudança de religião. A Pastoral católica, por sua vez, visa a mitigar as necessidades prementes, sem procurar interferir nas crenças e nas ideologias políticas ou de qualquer natureza” (2022, p. 122-123)

Figura 11 - Página do "Construtores de Marau" sobre imigrantes recentes em Marau



Então, além do aceno de quem já mora em Marau, os imigrantes têm fácil acesso ao que se passa no Município.

Embora presentes em Marau há mais de uma década, possivelmente por questões culturais diversas, não se integraram ainda à sociedade local e brasileira. Cada qual desses povos tem suas práticas religiosas distintas. Quanto à alimentação, há os que não se alimentam de feijão preto, outros não comem macarrão, terceiros não consomem farinha de trigo. Sobre o trajar, nenhum desses migrantes aceita vestir uma camisa de botões, nem um casaco. Sua integração deveria ser uma meta a ser perseguida pela própria sociedade, pelos gestores, pelos credos religiosos; afinal vieram para ficar. Como tal, não são um peso social ou potenciais concorrentes aos postos de trabalho. Em Marau há emprego para quantos queiram trabalhar. Além

de tudo, geram renda: são fiéis pagadores de aluguel, consomem os produtos das empresas locais: mercados, lojas, fazem trabalhos que o brasileiro já rejeita em certas empresas. Alguns deles estão se tornando empreendedores.

Os próximos capítulos desta obra trarão um pouco de luz sobre os últimos habitantes de Marau, quase todos eles vindos para ficar definitivamente por aqui.

*Assistência aos imigrantes carentes oferecida pela Pastoral da Acolhida*

Fonte: Bernardi, 2022, p. 105.

Assim, os imigrantes recentes merecem seu lugar ao sol em Marau, desde que sejam trabalhadores e empreendedores, pratiquem alguma religião<sup>20</sup>, formem e preservem núcleos familiares, enfim, sigam os passos dos imigrantes ítalo-brasileiros. Mas jamais poderão ter o mesmo valor histórico dos colonos italianos para a cidade, pois não foram os precursores do progresso, da cultura, da ocupação da terra, industrialização ou construção de templos e comunidades religiosas<sup>21</sup>. Em outras palavras, seu trabalho não tem o mesmo valor produtivo,

<sup>20</sup> No capítulo sobre os imigrantes senegaleses, Bernardi faz uma ampla descrição do islamismo, comparando-o com o cristianismo para encontrar pontos em comum: “sobre Jesus Cristo, o reconhecem como grande profeta, somente inferior a Maomé. Consta inclusive no Alcorão que é filho de Maria, que não teve pai terreno e que voltará à Terra nos últimos tempos para salvar a humanidade, mas não é divino. Quanto aos nomes que dão aos filhos, são buscados no alcorão e na Bíblia; geralmente nomes de profetas e outras personalidades que se destacaram nesses livros sagrados. (...) Com isso, buscam que o portador do nome leve uma vida voltada para o bem, como o foram seus predecessores” (2022, p. 111). É um grande esforço de tentar aproximar as religiões para talvez tornar o islamismo mais tolerável entre um público que ele sabe que vive a colonialidade italiana. Percebemos que o mesmo esforço não é feito para incluir os caboclos.

<sup>21</sup> Para Bernardi, “a economia do município de Marau e dos vizinhos, que dele se emanciparam, também é tributária dos ítalo-brasileiros. A quase totalidade das empresas industriais, embora muitas delas já não estejam mais sob controle dos fundadores, foi criada por descendentes de italianos. O mesmo se pode afirmar dos estabelecimentos comerciais até a era das redes de lojas.” (2022, p. 41) e “Embora tantos povos diferentes estejam contribuindo na construção de Marau, não resta dúvida de que os descendentes de italianos desempenharam papel fundamental política, social e economicamente nesse processo todo” (2022, p. 133).

e suas origens não têm que ser preservadas. A mentalidade da colonialidade italiana faz com que, graças também aos pactos da branquitude, um país assolado pela guerra ou pela fome seja motivo de orgulho para os cidadãos brancos que o deixam para trás, mas sinônimo de fraqueza e necessidade de assistência se for um país de maioria não branca. É o que fica possível de perceber, por exemplo, no trecho do capítulo sobre os italianos em que Bernardi justifica a vinda deles para o Brasil:

Mas, por que a migração peninsular para o estado [do Rio Grande do Sul]? Em relação ao Brasil, por três razões: a eminência do fim da escravatura e, aqui, pela necessidade de ocupação de amplo espaço ainda desabitado, a Serra gaúcha. Embora secundariamente, também pelo desejo das autoridades de promover o branqueamento da população brasileira, o que se fazia sentir desde o início do Segundo Império. Quanto à Itália, na segunda metade do século XIX, havia um grande contingente de famílias paupérrimas, os *contadini* (colonos). (...) Viviam em condições precárias, quase sem o que comer. Quanto às autoridades, não dispunham de recursos para retirar da miserabilidade esse povo, uma vez que as guerras de unificação do Estado italiano esgotaram a economia do governo” (Bernardi, 2022, p. 15)

A ocupação de terras indígenas e o esforço estatal no Brasil de branquear seus trabalhadores livres após a abolição da escravidão são aqui narrados de forma a parecerem partes corriqueiras de um processo natural, ao contrário do sofrimento dos italianos laboriosos que os obrigou a abandonar suas casas para vir desenvolver o Brasil. Esse discurso é extremamente difundido em regiões de colonialidade italiana pelo Rio Grande do Sul, incluindo, como é possível ver através do trecho, Marau. Quanto à menção de Bernardi à unificação da Itália, Zanini e Santos (2009) apontam para as contradições do significado de “ser italiano” no Brasil:

Com a unificação em 1870, quando aquelas famílias rumaram para a América (em 1875), a noção de pertencimento que traziam era a de seus *paesi*, ou seja, de suas localidades de origem, e não de uma Itália falante de uma língua comum e tendo uma identidade nacional partilhada. A categoria “italiano”, “colono italiano”, passou a fazer sentido em solo brasileiro, já no contexto de contato com os nativos, *brasilianni* (brasileiros), considerados todos *negri* (negros), independente da cor da pele. Assim, adscritivamente, passaram a se autodenominar e serem denominados de “gringos”, “italianos”, entre outros adjetivos. E, como forma de representação de uma determinada coesão social, italiano passou a ser uma referência com sentido, nomeando uma diferença entre eles e os nacionais, momento em que a capacidade de trabalho começou a ser acionada como um grande sinal adscritivo entre ambos. (Zanini e Santos, 2009, p. 177)

A partir das observações das autoras, é possível perceber que a faceta relacional da branquitude, encontrada na escrita de Bernardi, é algo fundamental na formação da identidade de colono italiano no Brasil como um todo, reforçando a possibilidade de interpretar as regiões com grande número de descendentes de imigrantes italianos como regiões de colonialidade italiana.

“Construtores de Marau” e seu formato permitem também analisar as distinções e hierarquias entre os próprios brancos, feitas pelo autor em seu discurso. Como afirmaram Frankenberg (2004) e Cardoso (2008), problematizar as hierarquias entre os próprios brancos permite aprofundar a compreensão da complexidade de formas de privilégio dentro da branquitude. O número de páginas dedicado a cada etnia já é um indicador de hierarquia: 32 páginas para os italianos, 16 para os alemães, 12 para os poloneses, 8 para os portugueses e 6 para os “caboclos”. Há também 5 páginas para os sírio-libaneses, 3 para franceses e 3 para japoneses, na primeira parte do livro, antes do “Atual fluxo migratório”. A presença destes três casos, enquanto há a ausência de um capítulo para os espanhóis, por exemplo, parece dizer respeito a própria rede de conhecidos de Bernardi, visto que uma parte das pessoas escolhidas para representar esses povos vêm de famílias “tradicionais” da cidade, enquanto a outra parte é de filhos de imigrantes que se estabeleceram inicialmente em outras regiões do Brasil, sendo o representante escolhido o primeiro a habitar Marau. Nenhum dos capítulos está isento das marcas da branquitude de Bernardi, mas por adquirirem modulações específicas, (como um discurso orientalista e islamofóbico no caso dos sírio-libaneses, e uma celebração do legado “democrático e liberal” da Revolução Francesa no caso dos franceses, enquanto que no capítulo sobre os haitianos não há referência à Revolução Haitiana) que não entraram no escopo deste trabalho, fica para futuras investigações a relação da colonialidade italiana com estas etnias ou nacionalidades.

Na Nota Prévia do livro, Bernardi justifica a discrepância de profundidade na história escrita dos diferentes grupos:

Naturalmente que, em razão da aculturação de grupos, por sua antiguidade ou por serem minorias em meio a etnias bem mais numerosas, com o passar do tempo, perderam quase que completamente sua identidade como etnias, absorvendo os costumes dos grupos majoritários. Também o leitor terá a oportunidade de observar que apenas a história de alguns desses grupos é apresentada de forma mais abrangente. Em parte como consequência justamente dessa perda de suas raízes. Naturalmente que será enfatizado o grupo ítalo-brasileiro, porque foi majoritário e, em parte, por ainda o ser e porque o autor é testemunha

ocular das quatro etapas: formação, primeira metade do século vinte; transição dos anos de 1950 a 1970 e atualidade da sociedade marauense, últimos cinquenta anos. Outro grupo destacado é o dos alemães, que ainda hoje formam uma próspera colônia e que mantêm muitos de seus traços culturais no atual município de Nicolau Vergueiro (Bernardi, 2022, p. 13)

É interessante que o autor reconheça em sua própria escrita que a mesma é trespassada pela sua vivência pessoal, o que quase vale como um posicionamento quanto à sua auto identificação étnico-racial. Entretanto, ele mais uma vez está reproduzindo a realidade de uma colonialidade italiana, na qual subjetividades diferentes dessa que é a hegemônica estão fadadas à “aculturação”. Só neste trecho, ele usa duas vezes a palavra “naturalmente” para compor seu argumento, como se precisasse fazer um esforço, maior aqui do que em outros momentos, para convencer o leitor de que seria natural o processo de perda de raízes, identidade e costumes de certos povos.

Ao incluir os alemães nesse pódio de povos que mantiveram suas tradições, Bernardi também está reproduzindo o ideal de branqueamento propagado pelo Brasil, de que imigrantes alemães, quase mais do que italianos, eram o tipo adequado para colonizar nosso país<sup>22</sup>. Em “Um século de história”, quando vai falar do antigo distrito de Marau, que mais tarde se emancipou, Bernardi declara: “Com relação a Nicolau Vergueiro, a região teve sua colonização iniciada por volta de 1920, através de um cidadão de nome Souza, embora os verdadeiros colonizadores fossem famílias alemãs” (Bernardi, 2018, p. 92). Mais uma vez, o sobrenome visto como “brasileiro” é desmerecido, bem como a presença e ocupação das terras, em prol dos “verdadeiros colonizadores”. No capítulo sobre a imigração alemã em “Construtores de Marau”, Bernardi faz questão de destacar as muitas habilidades dos teutos que chegaram ao Rio Grande do Sul, descrevendo que migraram para o Brasil “artesãos, técnicos, professores, profissionais, engenheiros de extrema capacidade. Esse contingente foi da maior importância para o desenvolvimento industrial do Rio Grande do Sul”<sup>23</sup> (2022, p. 47). Além disso, define-os como culturalmente superiores aos “brasileiros”: “Os usos, os costumes, a alimentação, o próprio grau de cultura - enquanto a maior parte dos brasileiros era analfabeta ou semi alfabetizada até o século XX adentro - o alemão não abria mão da escolaridade das crianças”

<sup>22</sup> Ver, por exemplo, Schwarcz, Lília Moritz. *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930*. São Paulo: Companhia da Letras, 1993.

<sup>23</sup> O mesmo se repete mais à frente no capítulo: “Uma grande quantidade de imigrantes era camponesa, mas havia igualmente artesãos, médicos, professores, profissionais das diversas áreas, engenheiros, conforme já mencionado acima. Estes trouxeram uma enorme contribuição ao desenvolvimento do estado” (Bernardi, 2022, p. 51). Note como o autor vê necessidade em reafirmar e destacar essa visão.

(2022, p. 49). A associação entre uma superioridade alemã e uma superioridade italiana dá vez para interpretarmos essa região como uma região de colonialidade italiana semelhante à formulação de Backes e Backes (2019) sobre colonialidade germânica. Ambas somadas, permitem visualizar tons de supremacia branca no discurso de Bernardi.

O apego a nacionalidades europeias está bastante presente no “Construtores de Marau”, onde há um capítulo dedicado aos franceses, possivelmente apenas porque as duas famílias mencionadas nele foram de comerciantes e industriários, colaborando com o que Bernardi considera como desenvolvimento para a cidade. Os poloneses marauenses, segundo o autor,

em razão do número reduzido, nunca tiveram oportunidade de formar associações, clubes, enfim, de cultivar suas tradições. Com isso, foram absorvidos pelas tradições culturais reinantes, e hoje podemos afirmar que sua identidade se perdeu. Muitos dizem: *Sim, sou descendente de poloneses, mas quase nada sei dos meus antepassados e de seus costumes.*<sup>24</sup> (Bernardi, 2022, p. 72, grifos no original)

Mas é possível perceber que merecem ter seus costumes descritos, mesmo que poucos deles tenham sido preservados, uma vez que são um povo europeu, trabalhador e católico:

No que tange a religião, o polonês sempre foi muito fervoroso e, no dizer de historiadores, graças a isso que suportou tanta perseguição e tanta desgraça. Essa espiritualidade que os imigrantes trouxeram consigo não foi abandonada. Mantêm-se fiéis ao catolicismo até o presente. A oração por ocasião das refeições; a reza do terço antes de dormir, embora continue apenas entre os idosos pois a televisão tem afastado o hábito nas faixas etárias mais jovens; a missa dominical e o respeito e admiração ao padre, a devoção a Nossa Senhora de Czenstochowa, padroeira da Polônia, tudo ainda permanece vivo (Bernardi, 2022, p. 65).

Da mesma forma há um capítulo dedicado aos portugueses, onde se mistura a história dos portugueses que chegaram a Marau e dos que chegaram ao Brasil ao longo dos cinco séculos de colonização. Bernardi associa o português brasileiro com a miscigenação, de uma maneira que não faz com as outras nacionalidades: “Grande número de portugueses menos favorecidos pela sorte contraiu matrimônio com negros e negras, outros com índias. Esta última mistura formou o caboclo. Mas os costumes herdados dos lusos influenciaram nossos usos e tradições” (Bernardi, 2022, p. 75). Aqui, percebemos que não há nenhuma celebração do mito da democracia racial, como o formato do livro poderia dar a entender; há, na verdade, um discurso

---

<sup>24</sup> Os caboclos não tiveram a mesma sorte em sua história: segundo Bernardi, “todos eles absorveram parte da cultura dos italianos e alemães, procurando adaptar-se ao meio socioeconômico. Tal adaptação custou-lhes a perda da identidade, pois ignoram completamente suas origens caboclas” (2022, p. 85).

racista no qual brancos afortunados devem se manter brancos para se manter afortunados<sup>25</sup>, e não-brancos devem ser agregados na cultura branca de maneira que sigam renovando e celebrando essa hegemonia. Os que não o fizerem, temos um problema, como aparece no capítulo “Fluxo migratório atual”:

Embora presentes em Marau há mais de uma década, possivelmente por questões culturais diversas, não se integraram ainda à sociedade local e brasileira. Cada qual desses povos tem suas práticas religiosas distintas. Quanto à alimentação, há os que não se alimentam de feijão preto, outros não comem macarrão, terceiros não consomem farinha de trigo. Sobre o trajar, nenhum desses migrantes aceita vestir uma camisa de botões, nem um casaco. Sua integração devia ser uma meta a ser perseguida pela própria sociedade, pelos gestores, pelos credos religiosos; afinal vieram para ficar. (Bernardi, 2022, p. 105)

Cida Bento (2002) fala justamente desse viés da branquitude, no qual está a negação de uma identidade brasileira positiva fora da branquitude que quer se ver como europeia. Assim, Bernardi reprova qualquer movimento que fuja do ideal europeu imposto nas regiões de colonialidade italiana, como Marau. É dessa maneira que, para o autor, os descendentes de italianos não precisam se integrar, mudar sua alimentação ou modo de vestir. Na verdade, é lastimável que algo nesse sentido estivesse ocorrendo em 2018, quando do lançamento de “Um século de História”:

Foi a partir dos anos 70 que Marau ingressou no período industrial. Aquilo que vinha a ser uma comuna tipicamente de tradições italianas foi recebendo migrantes de toda parte. Hoje, as tradições étnicas de cada cidade ou região já estão em extinção; ainda, com a nova legislação, não há mais descendentes de italianos, alemães, poloneses, japoneses, afros. Existe sim uma população brasileira uniforme, miscigenada. Com isso, os princípios éticos, as tradições, a cultura regional estão se esvaindo. Por mais que se esforce a geração que passa, mesmo com monumentos a incentivadores das tradições do passado e com festas italianas - reduzidas quase que exclusivamente à gastronomia - aos poucos as culturas regionais vão se extinguindo. A próxima geração já não se importará com essas tradições. O que parece continuar vivas no Rio Grande e em Marau são as tradições gauchescas; mas somente permanecerão enquanto existir arraigado no povo aquele sentimento de que o gaúcho é diferente do restante do país<sup>26</sup>. (Bernardi, 2018, p. 188)

<sup>25</sup> É o que é possível de interpretar de declarações como “a imigração lusitana não foi tão significativa nestas bandas, e esses poucos portugueses estivessem dispersos pelo Distrito, aos poucos foram esquecendo suas tradições, seus costumes, conservando apenas a religiosidade. Com o tempo, absorveram o *modus vivendi* dos ítalo-brasileiros e dos germânicos” (Bernardi, 2022, p. 81, grifos no original)

<sup>26</sup> Em diversos momentos dos três livros Bernardi positiva as tradições gaúchas. Por mais que esta também possa ser interpretada como uma marca da branquitude, os meandros específicos do branqueamento do gaúcho não

Quanto mais conectados com suas origens, melhor, seja através da Festa Italiana, Festival Nacional do Salame ou Rota das Salamarias. De novo, encontramos um conflito da visão do autor com o presente, e de certa forma, o futuro: não sabemos que “nova legislação” é essa à qual ele se refere, mas o fato de ela colaborar para a miscigenação parece algo muito negativo. Afinal, dificulta a conexão dos italianos com suas origens europeias.

Figura 12 - Página do "Marau: um século de história" que fala sobre o acordo de Gemellaggio



Página do “Marau, um século de história”, onde Bernardi fala sobre o acordo de Gemellaggio entre Marau e Ísola Vicentina, assinado em 2013. Esse acordo torna as duas “cidades irmãs”, facilitando o intercâmbio de seus cidadãos entre si, e em um segundo plano com a cidade alemã de Mühlhausen, que tem o mesmo acordo com Isola Vicentina. Foi mais uma forma de o poder público, através da prefeitura, fortalecer e propagar o ideal de um orgulho italiano branco na cidade. Fonte: Bernardi, 2018, p. 103.

couberam no escopo desta pesquisa, e uma análise mais aprofundada da relação do branco gaúcho com o branco italiano em Marau ficará para trabalhos futuros.

Ainda em “História de Marau, uma comunidade laboriosa”, há outras formas com as quais Bernardi tenta posicionar Marau próximo à Europa:

Marau tem uma população estudantil de 5.193 jovens; isto equivale a 23,23% da população. Em termos de Brasil, que possui uma população predominantemente jovem, é uma exceção à regra; mesmo porque o índice de analfabetismo é baixo no município. Esses dados estão mais de acordo com os das nações da Europa. Também o fato de haver mais de 15.000 eleitores entre um universo de 22.352 habitantes vem confirmar esta situação. (Bernardi, 1992, p. 104)

Ou, se não próximo à Europa, ao menos longe do resto do Brasil, como nesse caso, em “Um século de História”, quando vai descrever uma das explicações alternativas à origem do nome da cidade:

Já uma versão secundária, pouco provável, originar-se-ia do falar acaboclado através de alterações do vocábulo Amaral, nome de um dos caboclos pioneiros, estabelecido nas imediações da cidade. Através da lei gramatical do menor esforço, o termo teria sofrido as alterações AMARAL > MARAL > MARAU; versão pouco provável, pois tal costume de apocopar palavras é comum na região de Minas Gerais e Goiás apenas. (Bernardi, 2018, p. 16)

Para destacar o quão laboriosos são os descendentes de imigrantes italianos, é necessário repetidas vezes apontar para a preguiça como característica inata dos “caboclos”, mais próximos culturalmente de estados como Minas Gerais e Goiás, no distante “Norte” do Brasil, do que dos reais marauenses. E para destacar o quão Marau é melhor do que o resto do Brasil, por ser uma cidade majoritariamente italiana (e branca), os caboclos são mais uma vez utilizados como exemplo negativo, como podemos ver neste trecho de “Construtores de Marau”:

os descendentes de caboclos, que se tornaram ínfima minoria ao longo do século XX no meio rural, hoje formam um contingente numeroso na cidade, atraídos a Marau pela oferta de emprego, principalmente pela BRF, pois as outras grandes empresas necessitam de mão de obra mais qualificada. Verdade é que expressivo número deles aqui se estabeleceu vindo de outras cidades e até mesmo de outros estados. Os bairros periféricos de Marau são formados por uma maioria cabocla, sendo que poucos têm consciência da sua origem. (Bernardi, 2022, p. 87)

É o medo do estrangeiro, a ocultação da branquitude em significados positivos como “mão de obra mais qualificada”, a racialização da pobreza como não branca, o conhecimento da própria história e origem como um valor civilizatório negado aos que não são brancos. Todas essas marcas da branquitude estão presentes no último livro publicado sobre a história de Marau,

nesta que seria a versão mais “atualizada” sobre uma cidade multiétnica. Para encerrarmos este capítulo, vamos a um último trecho, este do final do primeiro livro publicado sobre a história de Marau:

Uma rápida análise feita pelo Capitão [da Brigada Militar de Marau] revela que o índice de criminalidade em Marau é baixo em razão de ser um município constituído por minifúndios, não haver pobreza extrema, homogeneidade étnica. Todavia, mostra-se muito preocupado com o futuro face à situação geográfica da cidade, sobretudo por estar muito próximo de Passo Fundo - centro maior e com um elevado índice de criminalidade. Nesse sentido, pretende aumentar o policiamento ostensivo e dobrar o número de viaturas que permitam o deslocamento rápido de homens e equipamentos. (Bernardi, 1992, p. 127)

Aqui está a questão da propriedade da terra e da forma como ela é administrada: minifúndios familiares, dentro das boas tradições italianas. Da classe, de como a pobreza extrema é algo que viria de fora da cidade para trazer a criminalidade. E da raça, pois a suposta homogeneidade étnica de Marau seria uma garantia de seu caráter pacífico. Homogeneidade étnica que aqui interpretamos como hegemonia branca, e como parte da ilusão de a branquitude ser a identidade humana universal. Com esse trecho, onde Bernardi revela como uma de suas fontes, tanto para “fatos” quanto para interpretações morais acerca da cidade, um dos representantes do aparato repressor do Estado, de uma instituição que é a ponta da lança da violência do racismo estrutural no Rio Grande do Sul<sup>27</sup>.

Com estes dois últimos trechos, um do último e outro do primeiro livro de Francisco Bernardi, a maior autoridade sobre a história de Marau, podemos ver quantas continuidades existem na historiografia sobre o município, e o quanto a raça, por mais que não se queira falar dela, é uma tensão latente nessa história. Também podemos ver que essa escrita não é isolada, que conta com conceitos e referenciais que dizem respeito a epistemologias brasileiras e riograndenses, onde também estão profundamente presentes as tensões raciais. Por fim, pudemos ver nessas três fontes literárias diversas marcas da branquitude, e começar a localizá-las como integrantes de um discurso constituidor de uma região de colonialidade italiana.

---

<sup>27</sup> Ver ROCHA, Luciana. *Capitalismo, racismo e violência policial no Brasil*. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: IFCH/UFRGS, 2021. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/233350> Acesso em 12 jul. 24. A relação da ação da Brigada Militar de Marau com o racismo, infelizmente, ganhou plataforma, a partir do assassinato de Gustavo Amaral, homem negro “estranho ao meio” marauense: ROSA, Vitor. Um ano depois, família de engenheiro morto por PM ao ter celular confundido com arma tenta reabrir inquérito. **Zero Hora**. Porto Alegre, 20 abr. 2021. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2021/04/um-ano-depois-familia-de-engenheiro-morto-por-pm-ao-ter-celular-confundido-com-arma-tenta-reabrir-inquerito-cknqb31oc005n019832nysgto.html>. Acesso em: 15 jun. 24.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Precisamos cantar nossa terra*

*Terra, mãe que Marau se tornou*

*Gratidão ao passado devemos*

*Pela herança que aqui nos deixou*

Voltemos aos versos do hino de Marau. Se, no trecho apresentado na introdução, estava explícita a tensão racial presente na formação do município, neste trecho encontramos uma visão sobre a função da história: registrar, “cantar” as heranças de um passado ao qual se deve gratidão. Oficializado em 2007, o hino reproduz a visão de história que encontramos nas obras de Francisco Bernardi, e que Donner (2012), Dantas (2021), Seffner (1997) e Correa (2002) identificaram em diferentes trabalhos de história local diletante pelo Brasil, especialmente na região sul. Assim, pudemos concluir que foi possível inserir a produção de Bernardi no debate sobre a historiografia diletante, e perceber que essa historiografia também é responsável por uma cultura histórica que abastece uma pretensa hegemonia branca na cidade e na região.

O passado que se deve registrar, de acordo com o discurso no qual estão inseridos os livros aqui analisados, é o dos descendentes de imigrantes italianos. É o passado da ocupação da terra com valores civilizatórios europeus: a perceptível associação entre a propriedade da terra com o trabalho - do italiano laborioso - e a religião católica - como elemento colonizador de territórios, corpos e mentes - permite-nos também concluir que um conceito de colonialidade italiana emerge da interlocução entre as fontes e os estudos críticos da branquitude. Convidamos que futuros trabalhos explorem o potencial desse conceito em outras comunidades, criticando-o em suas possíveis lacunas.

Percebemos que, em seu discurso diletante, apesar de enunciar uma preocupação em trazer as fontes, Bernardi constrói muitas afirmações que provavelmente ele mesmo sabe serem inexatas, mas que são pertinentes para a imagem de Marau que ele pretende construir. Logo, a colonialidade italiana, nessas fontes, não se constrói apenas por uma vontade de "contar um lado da história", mas sobre preconceitos e distorção de fatos. É o que acontece, por exemplo, quando ele fala de outras religiões que não a católica nos dois primeiros livros, ou quando vai descrever os países da América Latina e da África no terceiro livro. A branquitude de Bernardi se manifesta, portanto, em seu olhar para os não-brancos, a partir de seu lugar social (Frankenberg, 2004; Certeau, 1995). Mas os objetivos deste trabalho não dizem respeito a

centralizar na figura desse autor a análise a respeito das marcas da branquitude em Marau. Quisemos, sim, apontar para o discurso que extrapola essa pessoa e as fontes aqui selecionadas, que são apenas uma das camadas da arqueologia (Foucault, 2008) que pode ser feita sobre a branquitude na região.

É assim que as marcas da branquitude na escrita da história de Marau puderam ser identificadas para muito além da figura deste historiador diletante. Elas estão expressas no binômio civilização/barbárie que se encontra na relação entre brancos ítalo-brasileiros/caboclos, onde um lado recebe os aspectos positivos do trabalho, do esforço, do desenvolvimento econômico e cultural, da criação de comunidades etc; e o outro lado recebe os aspectos negativos da estagnação e preguiça, da desconexão com as próprias origens, do trabalho assalariado “improdutivo”, do histórico de ocupação “ilegal” de terras (Bento, 2002; Cardoso, 2008). Estão expressas na hierarquização entre os próprios brancos, baseada em marcadores sociais que não a raça, como a religiosidade, o gênero, a classe e a nacionalidade (Schucman, 2023). Essas hierarquizações “não apagam nem tornam irrelevante o privilégio racial, mas o modulam ou modificam” (Frankenberg, 2004, p. 312). Foi a partir da detecção dessas marcas que pudemos localizar o discurso de Bernardi em um contexto no qual a identidade racial branca não-nomeada se impõe como a história única. Os pactos narcísicos da branquitude se manifestam na própria forma de ver e escrever a história: o processo de apagamento e “aculturação” de raízes não-brancas passa como algo naturalizado, como um efeito colateral da necessária evolução de um povo, o povo marauense, que se pretende unicamente branco.

Quanto ao lugar do nosso trabalho, entendemos que o debate teórico sobre os conceitos que compõem as relações étnico-raciais na academia é tanto um reflexo de disputas sociais quanto uma possibilidade de ferramenta para combater nessas disputas. Focalizar nos privilégios brancos, e não tratar o racismo como um problema apenas de quem com ele sofre, nos parece fundamental como forma de combate antirracista. Esperamos que esta análise sobre a historiografia de Marau, município inserido em uma região de colonialidade italiana, tenha propiciado ferramentas para combater discursos de uma branquitude hegemônica presente no Rio Grande do Sul. Da mesma forma, esperamos também que ela sirva para indicar o vácuo deixado em Marau pela historiografia profissional, fomentando o interesse na busca de fontes e arquivos que contem uma história, desse município e região, que não seja unicamente branca, cismasculina e das elites.

## REFERÊNCIAS

- AGUIRRE, Eliane. **Sim ou Não: A luta política pela emancipação do município de Marau e as disputas pelo poder**. Dissertação de mestrado em História - UPF, Passo Fundo, 2008.
- BACKES, Benício; BACKES, José Licínio. A luta decolonial de professores militantes da causa negra em contextos de colonialidade germânica. **Quaestio - Revista de Estudos em Educação**, v. 21, n. 3, p. 965–989, 2019.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. *In: \_\_\_\_\_*,
- CARONE, Iray (org). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 25–58.
- BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BERNARDI, Francisco. **Construtores de Marau: as etnias que formaram a nossa terra**. Passo fundo: Berthier, 2022.
- BERNARDI, Francisco. **História de Marau, uma comunidade laboriosa**. Passo Fundo: Gráfica Editora Pallotti, 1992.
- BERNARDI, Francisco. **Marau: um século de história**. Passo Fundo: Berthier, 2018.
- BONAMIGO, Greice Zanotto. **Turismo rural e fortalecimento da agroindústria local: estudo da Rota das Salamarias - Marau/RS**. Trabalho de conclusão de curso - UFRGS, Camargo, 2011.
- CARDOSO, Lourenço. **O branco “invisível”: um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (Período: 1957 - 2007)**. Dissertação de mestrado - Universidade de Coimbra, Coimbra, 2008.
- CARLESSO, Andrei; PERIN, Allana Antunes; SANCHES, Ana Maria. As marcas do capitalismo no meio rural no município de Marau – RS. **Revista Científica Semana Acadêmica**, n. 135, p. 1-13, 2018.
- CATANI, Andersson. **A Emancipação Política de Marau Através dos Jornais “O Salame” e “O Nacional”**. Trabalho de conclusão de curso - UPF, Passo Fundo, 2013.
- CERTEAU, Michel de. A operação histórica. *In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (orgs)*. **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995. p. 17-48.
- CORREA, Sílvio Marcus de Souza. História local e seu devir historiográfico. **MÉTIS: história & cultura**, v. 2, n. 2, p. 11–32, 2002.
- DALLA CORTE, Anaise. **Estratégia de diversificação de sustento no meio rural: O caso da Rota das Salamarias em Marau-RS**. Trabalho de conclusão de curso - UPF, Passo Fundo, 2016.
- DANTAS, Fabiana Alves. **A produção de uma história local: concepções de história e memória na obra de Celestino Alves**. Dissertação de Mestrado - UFPB, João Pessoa, 2021.
- DE MARCO, Júlia. **O ato de amamentar para mulheres em sua primeira gestação**. Trabalho de conclusão de residência - UFFS, Passo Fundo, 2019.
- DONNER, Sandra Cristina. História Local: discutindo conceitos e pensando na prática. o Histórico das produções no Brasil. *In: ANPUH RS (org.) Anais XI Encontro Estadual de História*. Rio Grande, 2012. p. 223–235.
- EMICIDA. **Ismália**. São Paulo: SONY Music e Laboratório Fantasma, 2019.
- FEDERIZZI, Roberta Bassani. **Processos educativos estéticos não formais e memória étnica: o caso do Coral Municipal Alegria Franciscana**. Dissertação de mestrado - UPF, Passo Fundo, 2008.

- FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- FRANKENBERG, Ruth. A Miragem de uma Branquidade Não-marcada. *In: Branquidade: identidade branca e multiculturalismo*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária / Centro de Estudos Afro-Brasileiros, 2004. p. 307–334.
- FRIZON, Josué Rodrigues. **Pela voz de Zulmira Portella de Menezes, pelas mãos de Manoel de Araújo Schell: histórias do Tope escritas por um professor**. Tese de doutorado - UFRGS, Porto Alegre, 2022.
- KASPARY, Tainara. **Fatores de geração de inovação em micro e pequenas empresas familiares: um estudo exploratório no município de Marau, no estado do Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: Estágio supervisionado em Administração (UPF), 2018.
- LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- LANDGRAF, Julia. **Memória histórica e branquitude: racialização de pessoas brancas no reconhecimento de um passado familiar escravista**. Dissertação de mestrado - UFRGS, Porto Alegre, 2022.
- MACEDO, Gabriel Vieira de. **A atuação internacional de cidades pequenas: um estudo de caso para cidade de Marau-RS**. Trabalho de conclusão de curso - UFSM, Santa Maria, 2022.
- MARODIN, Raquel. **O apoio do poder público para o turismo rural: Rota das Salamarias-município de Marau / RS**. Trabalho de conclusão de curso - UFRGS, Camargo, 2011.
- MAURINA, Adilson. **O êxodo rural e as transformações ocorridas na comunidade rural de Veado Pardo, município de Marau, RS**. Trabalho de conclusão de curso - UFRGS, Camargo, 2011.
- SCHUCMAN, Lia Vainer. **Famílias inter-raciais: tensões entre cor e amor**. São Paulo: Fósforo, 2023.
- SEFFNER, Fernando. Presença das ideias positivistas nas "Histórias de Municípios" do Rio Grande do Sul. **Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras**, n. 18, p. 143-162, 1997.
- SILVA, Marcio Antônio Both da. Caboclos. **Historia Unisinos**, v. 18, n. 2, p. 338–351, 2014.
- STRAPASSON, Gláucia Susana Santin. **Políticas de formação continuada para professores: estabelecendo leituras a partir de um contexto**. Dissertação de mestrado - UPF, Passo Fundo, 2011.
- ZANINI, Maria Catarina C.; SANTOS, Miriam de Oliveira. O trabalho como “categoria étnica”: um estudo comparativo da ascensão social de imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875-1975). **REMHU - Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, [s. l.], v. 17, n. 33, p. 175–197, 2009. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=407042010009>.